



## **A Reinvenção da Amazônia:**

**Divisor de Águas para o Futuro do  
Brasil e de seus Vizinhos Sul-americanos**

**Thomas A. Mitschein**

**Ailton Lima**

**Nazaré Imbiriba**

*Contribuição Especial*







**Programa Trópico em Movimento**

# **A reinvenção da Amazônia - divisor de águas para o futuro do Brasil e dos seus vizinhos sul-americanos**

**Thomas A. Mitschein**

**Ailton P. Lima**

**Nazaré Imbiriba  
Contribuição Especial**

2ª EDIÇÃO

BELÉM - PA

2022





## Universidade Federal do Pará

**Reitor:** Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho

**Vice-Reitor:** Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva

**Pró-Reitor de Administração:** Raimundo da Costa Almeida

**Pró-Reitora de Ensino de Graduação:** Profa. Dra. Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira

**Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação:** Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Iracilda da Cunha Sampaio

**Pró-Reitor de Extensão:** Prof. Dr. Nelson José de Souza Júnior

**Pró-Reitora de Relações Internacionais:** Prof. Dr. Edmar Tavares da Costa

**Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal:** Ícaro Duarte Pastana

**Pró-Reitora de Planejamento:** Cristina Kazumi Nakata Yoshino

**Prefeitura:** Prof. Dr. Eliomar Azevedo do Carmo

**Procuradoria Geral:** Fernanda Ribeiro Monte Santo

### **Programa Trópico em Movimento**

Thomas A. Mitschein – Coordenador

Sérgio Nunes – Vice Coordenador

### **Comissão Editorial**

Nazaré Imbiriba (Coordenadora)

Sérgio Nunes da Silva

Miguel Ramos da Silva

Denise Machado

**Projeto Gráfico:** Igor Aviz

**Editoração:** Erika Estumano

**Fotografia:** Manfred-Linke/ Laif Photo Agency

Dados internacionais de catalogação-na-publicação (CIP),  
Biblioteca do Instituto de Educação Matemática e Científica /UFPA, Belém-PA.

---

Mitschein, Thomas A.

A Reinvenção da Amazônia: divisor de águas para o futuro do Brasil e dos seus vizinhos sul-americanos / Thomas A. Mitschein, Ailton P. Lima e Nazaré Imbiriba. \_\_ 2. Ed. Belém: IEMCI/UFPA, 2023.

79 p.

ISBN: 978-65-00-61863-1

1. Desenvolvimento sustentável – Amazônia. 2. Educação - Amazônia. 3. Cooperação - Amazônia. I. Lima, Ailton P. II. Imbiriba, Nazaré. III. Título.

CDD 333.71509811

*No século 21, reconstruiremos o  
Brasil ao reinventar a Amazônia.*

Roberto Mangabeira Unger





## **SUMÁRIO**

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>PREFÁCIO - A AMAZÔNIA: BERÇO VIRTUAL DE UMA "CIVILIZAÇÃO ORIGINAL DOS TRÓPICOS" (I. SACHS) .....</b>	<b>11</b>
<b>1 A AMÉRICA LATINA E A DINÂMICA DE UMA DESCOLONIZAÇÃO POLÍTICA QUE NÃO APAGOU OS SINAIS DO CATIVEIRO .....</b>	<b>17</b>
<b>2 O BRASIL E O DESAFIO DA REINVENÇÃO DA AMAZÔNIA.....</b>	<b>25</b>
<b>POSFÁCIO - SOBRE A NECESSIDADE DE CONSTRUIR NUMA AMAZÔNIA CADA VEZ URBANA UM DENSO MUTIRÃO INTERINSTITUCIONAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA.....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>45</b>
<b>DEMANDAS E DESAFIOS DA COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA.....</b>	<b>49</b>
<b>A AMAZÔNIA NA LINGUAGEM FOTOGRÁFICA DE MANFRED LINKE.....</b>	<b>61</b>



## APRESENTAÇÃO

Na primeira semana de dezembro de 2014 foi realizado em Belém, no Campus da Universidade Federal, o **VIII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental: Do Local ao Global: Tecendo Redes e Fortalecendo Sociedades Sustentáveis** que reuniu mais de 1000 participantes, dos quais aproximadamente 56% vieram das regiões nordeste, centro-oeste, sudeste e sul deste país continental. No contexto do Fórum foi realizado o evento internacional intitulado **II Encontro Panamazônico de Educação Ambiental**, focado na questão da Formação de Recursos Humanos para a Conservação e Uso de Recursos Naturais na Amazônia, reunindo especialistas dos países amazônicos.

Dentre as discussões realizadas, resalto a Mesa Redonda sobre a problemática que nesta publicação está sendo discutida por Thomas A. Mitschein e Ailton P. Lima sob o título **A reinvenção da Amazônia - divisor de águas para o futuro do Brasil e os seus vizinhos sul-americanos**. Nela, abordam a região como *berço virtual de uma "civilização original dos trópicos"* (I. Sachs) que, em sua avaliação, abre para o Brasil a oportunidade de "iniciar a revisão de um modelo de acumulação que desperdiça de forma estrondosa as potencialidades endógenas de desenvolvimento dos múltiplos espaços locais em todas as regiões do território nacional".

Por outro lado, os dois autores têm uma ideia muito clara de que a implementação de um projeto dessa natureza pressupõe a vontade do Brasil de fazer do "soerguimento da Amazônia prioridade brasileira na primeira parte do século XXI", como destaca Roberto Mangabeira Unger.

Entretanto, considerando que o *mainstream* da política nacional continua separado por distâncias consideráveis dessa mesma proposta, é preciso dizer o que deve ser feito nas condições do AQUI e do AGORA, na maior floresta tropical do planeta. E Mitschein e Lima, conhecedores da realidade amazônica, não fogem desse desafio. Propõem a construção de um *mutirão* denso e operativo entre as entidades de ensino fundamental, médio, técnico/tecnológico e universitário em torno da valorização das potencialidades endógenas de desenvolvimento dos territórios (micro)regionais. Focalizam, portanto, para os

protagonistas regionais, os campos da educação e da cooperação como duas esferas imediatas e prioritárias de ação. Certamente, isso exige intercâmbios intra e inter-regionais que precisam envolver de forma crescente os atores dos outros estados nacionais, com os quais o Brasil compartilha a Bacia Amazônica.

Contudo, é preciso admitir que a cooperação com os nossos vizinhos mais próximos está ainda muito aquém do que os interesses recíprocos exigiriam. Uma realidade que, no âmbito desta publicação, é problematizada por Nazaré Imbiriba em sua contribuição sobre **Demandas e Desafios da Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia**.

A Universidade Federal do Pará, ator consciente de suas próprias circunstâncias cumpre, com esta publicação, sua função precípua: a de colocar o pensamento e o debate sobre temas estratégicos da Amazônia nas mãos do público leitor, interessado em contribuir e participar da definição de seu futuro e do futuro das próximas gerações nesta América Amazônica.

Prof. Dr. Edilson Maneschy  
Reitor da Universidade Federal do PA

## PREFÁCIO - A AMAZÔNIA: BERÇO VIRTUAL DE UMA "CIVILIZAÇÃO ORIGINAL DOS TRÓPICOS" (I. SACHS)

Nos anos da virada do século XX para o século XXI, a América Latina surpreendeu o mundo com a eleição de Presidentes como Hugo Chaves na Venezuela, Luis Inácio da Silva no Brasil, Nestor Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia ou Rafael Corrêa no Equador que se posicionavam contra as receitas do fundamentalismo de mercado. Entretanto, por mais que os seus governos tenham implementado em seus respectivos países relevantes programas de *poverty alleviation*. No que diz respeito ao seu discurso sobre a necessidade do Estado retomar o seu papel de indutor e regulamentador do desenvolvimento nacional, ele se choca frontalmente com as modalidades de funcionamento de um sistema econômico global que obriga todos os seus *stakeholders* de *rezar o pai nosso* da competitividade sistêmica, fazendo com que, no âmbito das políticas nacionais, a lógica da modernização continue se impondo à lógica da modernidade. A primeira, seguindo no campo da economia parâmetros da racionalidade instrumental como custo-benefício, eficiência ou produtividade, “impulsiona uma integração transnacional que provoca a marginalização tanto de amplos setores sociais como de regiões inteiras”. (Lechner 1990, p. 75) E a segunda, por sua vez, alicerçada em princípios da racionalidade normativa como bem estar ou participação democrática, continua encontrando o seu *locus* principal na esfera política de Estados nacionais que estipulam as regras de convivência dos seus cidadãos. Mas na medida em que na América Latina em virtude da consolidação das tendências de sua integração na economia transnacional, a racionalidade instrumental começava a se tornar a "racionalidade predominante (...) como princípio orientador da ação social e enquanto valor objetivado em produtos”, se afirmando, inclusive, como "norma legitimadora do processo político", a partir deste momento acabava ganhando espaço no seio de suas respectivas sociedades a aceitação da ideia de que a inserção no arquipélago da economia global era uma "necessidade legítima" e a "marginalização tanto de amplos setores sociais como de regiões inteiras", decorrente deste mesmo processo, "um mal menor, indesejado porém aceito" e, portanto, algo a ser atenuado e não repudiado.

Formulado no auge da hegemonia das credências neoliberais pelo finado cientista político chileno Norbert Lechner, este diagnóstico não perdeu nenhuma vírgula de sua importância, uma vez que as iniciativas dos mencionados Presidentes no campo da mitigação da pobreza não foram acompanhadas por estratégias políticas, concebidas com o intuito de reduzir de fato as expressivas desigualdades sociais que estão literalmente enraizadas nos poros das sociedades sul-americanas.

Além disso, é preciso levar em conta que, no hemisfério Sul, a atual reestruturação da indústria global encontra os seus centros de excelência em países como a China, a Coreia do Sul ou a Malásia, deixando a América Latina na condição de um mero observador. Inclusive o Brasil que, no *ranking* dos dez maiores PIBs do planeta, ocupa um lugar de destaque, mas está sendo empurrado para a "indesejada posição de país produtor de bens primários de baixo valor agregado" (Paulani 2012, p. 5) como resultado dos efeitos desindustrializantes de uma política econômica que, na última década do século passado, combinava persistentemente juros altos com câmbio apreciado, abrindo, inclusive, o mercado interno de forma abrupta às empresas multinacionais a partir da hipótese de que os sobreviventes do *setor produtivo tupiniquim* pudessem se afirmar nos nichos das cadeias globais.

De qualquer maneira, criou-se, a partir daí, uma situação que, segundo o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (2014), coloca o maior país da América Latina diante da seguinte alternativa política no âmbito internacional:

--- Ou aceita se ligar "de forma ainda mais profunda, ao sistema político, militar e econômico ocidental, liderado pelos Estados Unidos e manter o país como um Estado periférico, subdesenvolvido e com reduzido grau de autonomia, inclusive para o seu próprio desenvolvimento econômico".

--- Ou insiste em "participar do sistema internacional em uma posição que permita defender e promover os seus interesses (e da América do Sul) atuais e futuros", ampliando, especialmente, "os esforços de formação de um bloco regional na América do Sul, com fundamento nos princípios de não intervenção, de autodeterminação, de cooperação e de responsabilidade brasileira no processo de redução de assimetrias."

Cabe acrescentar que o diplomata brasileiro associa a sua defesa da segunda opção com uma referência clara à necessidade do país viabilizar reformas profundas no âmbito do seu próprio sistema político que, pelas vigentes regras do jogo, "concentra renda, riqueza e poder" e, em vez de neutralizar o esteio plutocrático de sua sustentação, não consegue fazer mais do que "ajustes superficiais" (ibid. p.6).

Contudo, por mais que estejamos apreciando a proposta do embaixador como insumo relevante para o debate sobre o futuro do Brasil e dos seus vizinhos de fala espanhola. Se partimos do princípio de que ela deve ser enriquecida por uma preocupação redobrada com a dramática destruição das bases naturais da própria sobrevivência humana que castiga primordialmente os setores de baixa renda do hemisfério Sul, é porque é neste campo, onde a América do Sul pode exercer um papel de destaque, se os seus principais *stakeholders* se conscientizarem das vantagens sociais e econômicas que a valorização da extraordinária bio- e sociodiversidade de seus respectivos países pode propiciar aos seus povos num mundo cada vez mais **(des)**norteadado pelo **(pre)**conceito de que "as sociedades ocidentais constituem o fim da história humana" (Morin 2013, p. 31).

E, neste contexto, se destaca, sem sombra de dúvida, a Bacia Amazônica<sup>1</sup>, o coração verde do subcontinente sul-americano, que, compartilhado por oito Estados nacionais, abriga a maior floresta tropical contínua deste planeta. (Ver Mapa 1 e Quadro 1) e, em nossa avaliação, está virtualmente predestinada para se tornar o berço de uma "uma civilização original dos trópicos (...) triplamente ganhadora nos planos social, ecológico e econômico "(Sachs 2006, p. 443)", se apresentando como uma espécie de divisor de águas para o futuro do Brasil e seus vizinhos sul-americanos.

---

<sup>1</sup> A Amazônia hospeda 60.000 espécies de plantas superiores, 2.500.000 espécies de artrópodes, 2000 espécies de peixes e 300 espécies de mamíferos, abriga um quinto da água potável do planeta, guarda em seus solos grandes reservas de minério de ferro, bauxita, zinco, ouro, petróleo e de gás natural e, *last but not least*, se destaca por uma extraordinária sociodiversidade, uma vez que é o *habitat* de 397 povos indígenas.

## Mapa 1 - A Amazônia - Bacia e Domínio



Fonte: Banco Interamericano de Desarrollo, Programa de Nações Unidas para el Desarrollo, 1994, p. 54



**Quadro 1 - Superfície total e por países da Bacia Amazônica**

<b>QUADRO 1</b>			
<b>SUPERFÍCIE TOTAL E POR PAÍSES DA BACIA AMAZÔNICA</b>			
<b>País</b>	<b>Bacia KM<sup>2</sup></b>	<b>% Nacional</b>	<b>% Bacia</b>
<b>1. Países da bacia hidrográfica</b>			
Bolívia	824.000	75.00	11.20
Brasil	4.982.000	58.50	67.79
Colômbia	406.000	36.00	5.52
Equador	123.000	45.00	1.67
Guiana	5.870	2.73	0.08
Peru	956.751	74.44	13.02
Venezuela	53.000	5.78	0.72
<b>Subtotal</b>	<b>7.350.621</b>	<b>—</b>	<b>100.00</b>
<b>2. Países de domínio amazônico</b>			
Suriname	142.8000	100.00	—
Guiana	91.000	100.00	—
Francesa			
<b>Subtotal</b>	<b>233.000</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Total</b>	<b>7.584.421</b>		

Fonte, *ibid.*, p. 56

Mas antes de discutir esta questão focalizaremos a partir das lutas pela independência da América Latina a síndrome colonizadora de uma racionalidade ocidental que, no decorrer de sua longa marcha vitoriosa, se especializou no aperfeiçoamento dos seus métodos de controle da natureza externa e interna da espécie humana, mas ficou literalmente de costas para a sua própria promessa de fazer da libertação do homem um programa de alcance universal.



# 1 A AMÉRICA LATINA E A DINÂMICA DE UMA DESCOLONIZAÇÃO POLÍTICA QUE NÃO APAGOU OS SINAIS DO CATIVEIRO

Constituído a partir do “longo século XVI” (F. Braudel) através da expansão colonial do capital mercantil europeu, o nascente sistema internacional acabava introduzindo na história moderna o “contraste entre metrópole e colônia” (Todorov 1982, p. 176, tradução própria). Nas regiões colonizadas, se manifestava pela suspensão dos códigos da moral e da ética de origem metropolitana pela sua literal incompatibilidade com os massacres e os saques, praticados rotineiramente pelos agentes da colonização<sup>2</sup>.

Mas o colonialismo não se esgotava na exploração coercitiva dos territórios ultramarinos em benefício da metrópole. Concomitantemente, “exportava para os povos abrangidos por sua rede de dominação toda a sua carga de conceitos, preconceitos e idiossincrasias sobre si própria e sobre o mundo, inclusive sobre os próprios povos coloniais. (...) (que), ao alimentarem-se de ideias alheias indigeridas, não correspondentes à sua própria experiência, mas aos esforços europeus de justificação da rapina e de fundamentação moral do domínio colonial, mais aprofundavam sua dependência e sua alienação.” (Ribeiro 2007, p. 72/73). Desta maneira, “mesmo as camadas mais lúcidas dos povos extra-europeus aprendiam a ver a si mesmas e à sua gente como uma subumanidade destinada a um papel subalterno, por serem intrinsecamente inferiores à europeia” (ibid.). Diante deste quadro, não é nada surpreendente que

---

<sup>2</sup> “Em todos os lugares, onde ele chegou - escreve o historiador norte-americano Lewis Mumford (1986, p. 344 345, 346 tradução própria) - o homem ocidental trouxe escravidão, roubo de terra, negação de direitos, destruição cultural, extermínio de animais selvagens e de seres humanos mansos, uma vez que lhe faltava o único poder que respeitava quando colocou os seus pés numa terra nova - um adversário à altura que poderia lhe prejudicar. (...) Durante quase quatro séculos as riquezas culturais do mundo inteiro estavam à disposição do homem ocidental. Mas para a sua própria vergonha focalizou o seu interesse somente no ouro, na prata, em diamantes, madeiras nobres, peles e em novos meios alimentícios (milho e batatas) que lhe deram condições para garantir a reprodução física de populações maiores.” E se, ainda, desprezou as enormes perdas que as formas da colonização do Novo Mundo tinham proporcionado, era porque cultivou a ilusão de que “as riquezas da natureza eram inesgotáveis” ou que podia, “através da ciência e da capacidade inventiva, criar um mundo artificial incomensuravelmente melhor.”

nos processos de superação do regime colonial acabavam sobrevivendo elementos básicos de sua própria constituição, induzindo uma dinâmica política que começava a ganhar os seus primeiros contornos mais nítidos na América Latina, por sua vez a primeira região ultramarina que foi acoplada de maneira sistemática à metrópole europeia, proporcionando num processo de três séculos a constituição de uma elite crioula, capaz de enxergar a substituição do colonialismo ibérico pela *pax britânica* como uma oportunidade que lhe permitiu de se livrar dos privilégios políticos e econômicos dos representantes da coroa espanhola. Mas, também, como um enorme risco para o seu próprio futuro, já que levantou a imperiosa necessidade de criar uma ordem política interna que garantisse o controle dos escravos, das populações indígenas e de todos os outros atores populares, atraídos, por seu turno, para uma luta política que difundiu as mensagens da Revolução Francesa sobre a suposta validade universal dos direitos humanos. Finalmente, episódios como as revoltas de Tupac Amaro II e de Tupac Catari que, nos anos 80 do século XVIII, tinham mobilizado os indígenas de todo o Altiplano em torno da esperança messiânica da volta do Inca como ponto de partida de uma sociedade sem exploração colonial, mostraram com nitidez para qualquer observador mais consciente que o caminho da expulsão do antigo poder colonial era um caminho recheado de incógnitas políticas. E não pode haver dúvida de que esta preocupação tenha se potencializado de forma redobrada pelo levante da população de origem africana em São Domingos que, iniciado em 1791, acabou vencendo nos 13 anos vindouros tropas regulares da Espanha, da Inglaterra e da França.

Fazemos questão de ilustrar a dimensão dramática desta luta anti-colonial através de uma rápida referência ao seu líder principal, Toussaint L'Ouverture. Escravo até 45 anos de idade, se revela como brilhante estrategista político, aproveitando com astúcia a violenta disputa entre os protagonistas dos estados europeus pela dominação desta parte do seu espaço ultramarino. Num primeiro momento, se torna aliado dos representantes da aristocracia espanhola que, diante da revolta dos escravos, vislumbram uma chance para reintegrar a parte francesa da Ilha em seu império colonial. Mas em abril de 1793, quando os dois recém chegados delegados do Diretório governamental de Paris acabam decretando em São Domingos o fim da escravidão, procurando atrair, desta

maneira, os sublevados negros para a luta contra a invasão dos ingleses, por sua vez decididos de se apropriarem da então mais próspera região ultramarina da França, Toussaint não deixa se envolver pela proposta. Duvida de sua sinceridade, imaginando que dos poderes europeus "o negro só poderia esperar o chicote do feitor ou a baioneta" (James 2000, p. 136).

Contudo, depois da ratificação do decreto da abolição pela convenção francesa em janeiro de 1794, se junta às forças republicanas, se tornando, em pouco tempo, o líder incontestado dos "jacobinos negros" (ibid.), obtendo em 1777 o grau de general de divisão e expulsando em 1778, após uma guerra de cinco anos, o exército britânico. Acaba rejeitando a insinuação inglesa de São Domingos se tornar politicamente independente sob a proteção do *Union Jack* e, em 1800, já reconhecido pela França como governador geral, resolve regularizar as atividades no setor primário na Ilha nos seguintes termos: 50% dos resultados da produção entrarão integralmente no tesouro público, a metade restante deve ser dividida em partes iguais entre a mão de obra assalariada e os proprietários das unidades produtivas. Estabelece, desta maneira, um regime de acumulação que se choca frontalmente com o interesse dos *local landlords* e do governo francês pela retomada do fluxo dos fabulosos lucros da produção açucareira para os seus cofres próprios. (Moia Pons et al. 2001) Determinado para acabar de uma vez para todas com tais mudanças cada vez mais incontroláveis, Bonaparte, no final de 1801, resolve mandar uma grande armada para reintroduzir o cativo em São Domingos. Traído, o "general de ébano" (James 2000)<sup>3</sup> está sendo aprisionado e

---

<sup>3</sup> Em sua abordagem sobre o final trágico de Toussaint, o historiador caribenho Cyril, Lionel, Richard James (ibid. p. 264, 265.) focaliza nos seguintes termos o dilema que atormentava o líder revolucionário durante a guerra de independência de seu país.

"Ninguém à sua volta, além dele, tinha tanta consciência da necessidade prática de resolver o problema do atraso social e das primitivas condições de vida. (...) Sua atitude irreal para com os antigos senhores, na sua pátria e fora dela, não provinha de um humanitarismo ou de uma lealdade abstrata, mas do reconhecimento de que apenas eles tinham o que a sociedade de São Domingos precisava. (...) Se estava convencido de que São Domingos decairia sem as vantagens da conexão francesa, também estava certo de que a escravidão jamais poderia ser restaurada. Entre estas duas certezas, ele, em quem a visão penetrante e a decisão rápida passaram a ser uma segunda natureza, tornar-se-ia a personificação do vacilo. Foi a fidelidade à Revolução Francesa (...) que o tornou o que ele era. Mas isso acabou por arruiná-lo no final. Talvez a sua expectativa de obter mais do que a liberdade pura e simples tenha sido demais para a época. Dessalines se satisfazia apenas com isso. (...) Toussaint tentava o impossível, aquele impossível que para ele era a única realidade que importava."

levado à França, onde, em virtude de “maus tratos, frio e fome” (ibid. 329), morre poucos meses antes da estrondosa derrota que Jean Jacques Dessalines e o seu exercito de libertação<sup>4</sup> impõem aos invasores franceses, criando, no primeiro de janeiro de 1804, com a República do Haiti o primeiro estado independente da América Latina.

Contudo, a recém-nascida república haitiana estava, no dizer de Eduardo Galeano (2010), "condenada à solidão" no âmbito de uma América Latina que se encontrava em rota de colisão com a dominação do colonialismo ibérico.

"Nem sequer Simon Bolívar - escreve o recém-falecido escritor uruguaio (ibid.) - que tão valente soube ser, teve a coragem de firmar o reconhecimento diplomático do país negro. Bolívar pode reiniciar a sua luta pela independência americana, quando a Espanha já havia o derrotado, graças ao apoio do Haiti. O governo haitiano havia-lhe entregue sete navios, muitas armas e soldados, com a única condição de que Bolívar libertasse os escravos, uma ideia que não havia

---

<sup>4</sup> Uma impressão da valentia combativa dos *jacobinos negros* em sua guerra contra as tropas colonialistas da *grande nação* transmite o seguinte relatório de um oficial do exercito francês. (Cit. in: James 2000, p. 333, 334):

"Mas que homens são esses negros! Como lutam! E como morrem! É preciso guerrear contra eles para conhecer a sua coragem temerária em arrostar o perigo quando já não podem mais correr a estratagemas. Vi uma sólida coluna, despedaçada pela metralha de quatro tiros de canhão, avançar sem retroceder nenhum passo. Quanto mais companheiros caíam, maior que parecia a coragem dos que restavam. Avançavam cantando, pois os negros cantam o tempo todo, fazem músicas para todas as coisas. Aquela era uma canção de homens bravos, e dizia o seguinte:

Ao ataque, granadeiro,  
Quem morrer, problema seu.  
Esqueça a mãe,  
Esqueça o pai,  
Ao ataque granadeiro,  
Quem morrer, problema seu.

ocorrido ao Libertador. Bolívar cumpriu com este compromisso, mas depois de sua vitória, quando já governava a Grande Colômbia, deu as costas ao país que o salvara. E quando convocou as nações americanas à reunião do Panamá, não convidou o Haiti, mas convidou a Inglaterra."

De qualquer maneira, na América Andina, certamente "*el teatro más vasto, complejo e violento de la crisis emancipadora de las colonias españolas*" (Carrera Damas, 1999, p. 12), as incógnitas políticas, suscitadas pelas guerras da independência para as elites crioulas, acabaram sendo equacionadas através da implantação de regimes oligárquicos que

--- consolidavam a integração dos seus países como meros fornecedores de matérias primas do setor mineral ou da agricultura tropical na divisão internacional de trabalho,

--- adotavam a identidade cultural do passado colonial<sup>5</sup> e

--- tratavam as massas populares, sobretudo as de origem africana e indígena, como causa principal dos problemas sócias e econômicas de suas novas repúblicas<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Segundo José Carlos Mariátegui (cit. in: Mitschein 2010, p. 35), sem sombra de dúvida um dos pensadores mais originais entre os marxistas latino-americanos nos anos vinte do século passado, "a história nacional (do Peru) começa para todos os nossos historiadores com a história colonial. Mesmo se não formulassem isso de forma explícita, para o seu sentimento a história dos índios é pré-nacional. O conservadorismo consegue reconhecer apenas uma única identidade peruana: aquela que foi formada por Espanha e Roma".

<sup>6</sup> A população negra, aproveitada, primordialmente, nas fazendas de café, de cacau e de criação de gado, representava, no final do período colonial, apenas 4,1% da população total da América Andina. (Llano Valencia 2003, p. 144) No entanto, mesmo depois da independência política e da abolição oficial da escravidão, os setores senhoriais mantiveram a sua postura de discriminação dos descendentes africanos abordando-os como bandidos e delinquentes supostamente responsáveis pelo "caos republicano" (ibid, p. 169). E no que concerne aos índios, estes, via de regra, foram descritos e tratados pelas elites crioulas como uma raça desgraçada, sem cultura, com uma língua primitiva e sem dinamismo histórico. (Thurner 2003, p. 206)

No que diz respeito ao caso brasileiro, cabe lembrar que nele as condicionantes da formação do Estado nacional ficaram definidas pelo confronto das ambições imperiais da Inglaterra e da França que levou ao "transplante da burocracia portuguesa que acompanhou o rei", criando condições para implantar um "aparelho burocrático que dificilmente se poderia ter recrutado localmente, dado o atraso cultural em que a colônia fora mantida." (Ribeiro 1983, p. 108) Mas não obstante às singularidades deste processo que não interessam no âmbito desta abordagem, é preciso ter em mente que, até os anos 40 do século XIX, o governo central enfrentava várias revoltas em diversas províncias, incentivadas, por sua vez, por atores políticos que idealizavam a implantação de "uma república, idealmente formada por cidadãos iguais perante a lei" (Caldeira 1995, p. 152), mas não tinham a mais leve ideia como conciliar este ideal com o destino dos escravos que, ainda, em 1810, representavam 53% da população brasileira, sendo o principal sustentáculo da reprodução econômica do país<sup>7</sup>.

Diante disso, é pertinente mencionar a seguinte declaração dos revolucionários de Pernambuco de 1817, uma vez que traz à tona a sua própria perplexidade que sentiram em relação ao mencionado dilema.

---

<sup>7</sup> "Em nenhuma parte do Novo Mundo," escreve o historiador gaúcho Décio Freitas (1983, p. 8) sobre a formação social do Brasil, "a escravidão abarcou território tão vasto, a saber, um colosso de dimensões continentais. Ao passo que em todos os outros países o trabalho escravo se combinou com diferentes formas de trabalho não escravo, no Brasil a produção baseada nos escravos primou de maneira absoluta sobre qualquer outra. Não tiveram paralelo a quantidade, o valor e a variedade das riquezas produzidas pelo trabalho escravo: o açúcar, o ouro, os diamantes, o fumo, o algodão, o café." Uma ideia da conseqüente desvalorização do trabalho manual neste ambiente transmite o seguinte relatório de um comerciante inglês que, nos anos 40 do século XIX num hotel do Rio de Janeiro, tentou encaminhar o conserto de uma fechadura quebrada:

"Os mecânicos brancos consideravam-se todos eles fidalgos demais para trabalhar, e consideravam que ficariam degradados se vistos em público carregando a menor coisa pelas ruas, ainda que fossem as ferramentas de seu ofício. (...) Tornando-se necessário abrir uma fechadura de que se perdera a chave, e tão rara era a habilidade necessária para tanto, que o gerente e o copeiro do hotel onde então eu morava ficaram grandemente perplexos quando eu perguntei onde se poderia encontrar. Afinal aconselharam-me a me dirigir a um carpinteiro inglês que se achava estabelecido no Rio de Janeiro há uns dois anos (...)" (Cit. in: Caldeira *ibid.*, p. 184)



“Patriotas pernambucanos! A suspeita tem se insinuado nos proprietários rurais: eles creem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de cor e de escravos. O governo lhes perdoa uma suspeita que os honra. Nutridos em sentimentos generosos não pode jamais acreditar que os homens, por mais ou menos tostados, degenerassem do original tipo de igualdade; mas está igualmente convencido de que a base de toda a sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade. Impelido destas duas forças opostas, deseja uma emancipação que não permita mais lavrar entre eles o cancro da escravidão; mas deseja-a lenta, regular e legal. O governo não engana a ninguém, o coração se lhe sangra ao ver tão longínqua uma época tão interessante, mas não a quer prepóstera. **Patriotas: vossas propriedades, ainda as mais opugnantes ao ideal da justiça, serão sagradas**”. (Cit. in: Caldeira, *ibid*, destaque os autores)

Ou seja: Entre a luta contra “o cancro da escravidão” e a garantia da “inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade” os revolucionários pernambucanos ficaram com a segunda opção, mostrando sua proximidade à um liberalismo oligárquico que, como no Sul da América do Norte ou nas antilhas canavieras, associava a defesa da liberdade do comércio internacional com a manutenção do cativeiro<sup>8</sup>, mas cujos porta-vozes começaram a se curvar perante o crescente movimento abolicionista, na medida que a imigração europeia abria uma perspectiva real para substituir em quantidades suficientes a mão de obra do cativo pelo pela mão de obra assalariada. Foi a partir daí que, no dizer de Alfredo Bossi (1992, p. 272), o senhor libertou-se do escravo, dispondo a seu favor a Lei de Terra de 1850 que, ao ter estipulado a compra como única forma de acesso à

---

<sup>8</sup> Ainda em 1835, o parlamento brasileiro aprovou uma lei que punia a morte qualquer ato de rebeldia praticados por escravos. E, no período de 1830 e 1850, o tráfico forneceu às fazendas e aos engenhos 700.000 africanos.

terras, dificultou, ao máximo, aos lavradores pobres a legalização de suas glebas. Os seus princípios ordenadores se tornavam mais restritivas, ainda, quando a República resolveu de submeter às autoridades estaduais, por sua vez ligadas intimamente ao poder dos grandes latifundiários, a regulação das terras devolutas, tendo consolidada, assim, uma estrutura fundiária altamente concentrada que impediu à massa camponesa o acesso à terra.

De qualquer maneira, é preciso destacar que, na América Latina pós-colonial do século XIX, mesmo a decretação oficial da abolição do cativo não livrou os cativos dos sinais de sua antiga condição de escravo. Se tornaram humanos pelo fato de não mais serem carregados para o mercado como qualquer objeto de troca; mas já que viviam em sociedades, cujas modalidades de integração na divisão internacional de trabalho não criavam nem minimamente condições materiais que pudessem dar à "ideia da igualdade humana a consistência de uma convicção popular", (Marx 1980, p. 68), foram tratados pelas elites nacionais como homens de segunda classe<sup>9</sup>. Neste sentido, estavam condenados a sentir em sua própria pele que os direitos humanos, base dogmática da entusiástica proclamação de liberdade e igualdade por parte dos revolucionários franceses (Groethuysen 1971) e relevante insumo ideológico nas lutas pela independência no subcontinente sul-americano, se destinavam aos membros da nascente sociedade burguesa e não aos homens como elementos integrais do gênero humano.

---

<sup>9</sup> A doutrina racista nasce depois da subordinação do capital mercantil ao capital industrial, já que os representantes do primeiro, pelo fato de terem encarado a relação entre o amo e o escravo como uma relação natural, não se davam o trabalho de elaborar elucubrações sinistras sobre supostas superioridades ou inferioridades de determinadas raças humanas para justificar os seus regimes de dominação social. (Mitschein 1981)

## 2 O BRASIL E O DESAFIO DA REINVENÇÃO DA AMAZÔNIA

Na América do Sul, o Estado Nacional começou a se tornar indutor desenvolvimentista a partir da crise de regimes oligárquicos que, no decorrer do século XIX, tinham consolidado o papel do subcontinente como fornecedor de matérias primas no âmbito da divisão internacional de trabalho. Sofrendo as consequências das interrupções dos fluxos econômicos internacionais, causadas pelas duas guerras mundiais, estes mesmos regimes foram substituídos por governos nacional-populistas que começaram a implementar estratégias de substituição de importações com o intuito de ampliar e diversificar as bases produtivas em seus respectivos países, criando, inclusive, uma ponte política nas áreas urbanas com os setores populares e o seu anseio pelo estabelecimento de bases mais sólidas de justiça social.

Merece destaque, neste contexto, a experiência do Brasil, onde o Governo Getúlio Vargas fortaleceu um projeto de industrialização retardatária que, já em 1949, chegou à autossuficiência no âmbito da produção de bens semiduráveis, mas que, depois da segunda guerra, enfrentava o desafio de se afirmar dentro de um mercado mundial rearticulado, dominado por uma política norte-americana que mostrava pouca disposição de aceitar um cenário em que o maior país da América do Sul se tornasse o seu concorrente industrial. (Haines 1989)

Contudo, no decorrer dos anos 50, os dados econômicos revelam o Brasil como um ator econômico bastante dinâmico que avançava com vigor especialmente no campo da indústria de bens de capital e em setores como o automobilístico, onde chegou a alcançar taxas de crescimento de dois dígitos. Entretanto, por mais que, durante o governo Juscelino Kubitschek, tenha predominado no seio da sociedade brasileira uma confiança generalizada de que se pudesse alcançar "50 anos de progresso em 5", os flagrantes e crescentes desequilíbrios estruturais e setoriais que caracterizavam a lógica reprodutiva desta mesma sociedade, manifestando-se exemplarmente através de problemas herdados do passado como o domínio do latifúndio improdutivo nas áreas rurais,

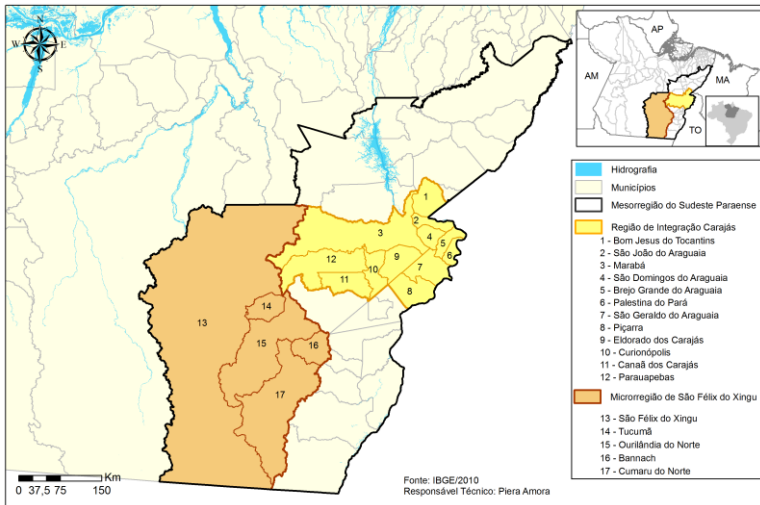
não permitiam ao mercado interno, ancora fundamental no processo da substituição de importações, de crescer numa proporção que pudesse corresponder ao aumento de sua capacidade produtiva. O resultado deste enredo é bem conhecido: A tentativa do Governo Goulart de integrar os setores populares como protagonistas ativos no desenvolvimento nacional através da extensão do direito de voto aos analfabetos ou a reforma agrária bem como a sua vontade de ampliar a disponibilidade de recursos financeiros através da redução da possibilidade de remessa de lucros por parte das empresas multinacionais que estavam radicadas no país, acabou sendo frustrada através de um golpe de estado em março de 1964, respaldado socialmente pelas camadas de rendas médias e altas do meio urbano que ansiavam o acesso aos padrões de consumo dos países do hemisfério Norte.

Entretanto, embora os governos militares tenham potencializado de forma *expressiva* "*el carácter segmentado de la economía tanto del punto de vista de la relación utilidades/salários como en los mismos salários*" (Pipitone 1995, p. 363), consolidando, desta maneira, uma dinâmica de crescimento que resultava na perpetuação da desigualdade social, há de admitir que eles - aliás em nítido contraste com os regimes de exceção no Chile ou na Argentina que seguiam à risca as receitas da Escola de Chicago - não se furtaram de usar de forma sistemática a máquina estatal em seu esforço de ampliar a base industrial do Brasil e de diversificar o grau de inserção de sua economia na divisão internacional de trabalho. Neste contexto, merece ser mencionado o *II Plano Nacional de Desenvolvimento 1975 -1979* que, norteado pela preocupação de associar a consolidação do sistema produtivo nacional com o aumento da geração de excedentes exportáveis, criava uma ponte direta com a Amazônia, propondo para a assim chamada *Região de Fronteira Tropical* um modelo de crescimento que os seus idealizadores chamaram de *desequilibrado e corrigido* (Sudam 1976). *Desequilibrado* porque favorecia setores produtivos (mineração, extração madeireira, pecuária, pesca empresarial, lavouras selecionadas, indústrias eletrolíticas e eletrotérmicas), dos quais se esperava vantagens comparativas no âmbito do mercado mundial. E *corrigido* porque previa intervenções por parte do Estado para mitigar os desequilíbrios que a implementação do mencionado modelo trazia necessariamente em seu bojo. Contudo, o que a ação corretiva da *mão pública* pressupõe, é dispor de poder de

fogo em termos financeiros. No entanto, diante de fatores como o pagamento dos encargos da dívida externa, baixas taxas de crescimento econômico e, certamente, a hegemonia das receitas do fundamentalismo de mercado, este poder de fogo acabou mingando expressivamente, fazendo com que na Amazônia fortes tendências de devastação de sua extraordinária biodiversidade e a marginalização social de crescentes segmentos da população regional tenham se tornado duas faces da mesma medalha. E isto justamente num momento em que nos países do hemisfério Norte a sociedade civil começava a se mobilizar cada vez mais em torno de temas ambientais como a contaminação dos rios e dos oceanos, a destruição das florestas e a questão climática. De qualquer maneira, diante das pressões que estavam sofrendo por parte destes novos atores do campo ecológico em sua própria casa, os governos dos Sete Países mais Industrializados (G7) aprovaram em dezembro de 1991 o *Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7)*, lançado oficialmente durante a Eco 92 no Rio de Janeiro que problematizava o cenário da destruição sócio-ambiental em nível global. No entanto, mesmo considerando que os projetos do PPG7 tenham gerado insumos notáveis para a definição de opções sustentáveis de aproveitamento dos recursos naturais da região; em sua essência, o Programa pouco contribuiu para a proteção das florestas amazônicas. Aliás, por uma razão bastante simples: limitava-se à experimentação de iniciativas piloto, deixando a questão da transformação dos seus *achados* em práticas generalizadas por conta das instâncias governamentais do Brasil. Ora, estas últimas, ao enfrentarem a duras penas os impactos nocivos da *década do desenvolvimento perdido da América Latina*, não estavam nem de longe em condições para cuidar de fato de uma Região de Dimensões Continentais. *Encurraladas* entre as imposições dos representantes do sistema financeiro global - que cobravam políticas de contenção das despesas públicas - e as reivindicações dos movimentos ecológicos do mundo inteiro - que insistiam na implementação de políticas eficazes na preservação da maior floresta tropical contínua do planeta -, as instâncias da política brasileira encontravam-se no meio de um *fogo cruzado* entre cobranças nitidamente excludentes. Podiam atendê-las concomitantemente, caso soubessem *assobiar e chupar cana* ao mesmo tempo. Mas já que não sabiam, seguiam as receitas que vieram dos *grão-vizires* da banca internacional. Em consequência disso, se instalou na Amazônia, no decorrer da última década do século XX, uma

“fronteira experimental” (B. Becker), onde inúmeros atores (inter) nacionais insistiram em testar alternativas ao cenário da destruição sócio-ambiental. Mas embaixo desta redoma artificial, separada por distâncias oceânicas das raízes culturais dos protagonistas regionais, estavam se potencializando os desequilíbrios que a forçada ocupação da Região tinha gerado, manifestando-se através de uma galopante concentração fundiária, de um *inchaço* desenfreado das áreas urbanas e de variáveis, mas constantes taxas de desmatamento que acabaram transformando a *hiléia* amazônica na maior emissora de carbono de todo o Brasil. E esta situação continua em vigor! Apesar do fato de que, na década passada, o Governo Federal tenha insistido na retomada do papel do Estado como indutor e regulador do desenvolvimento nacional, implantando uma espécie de *capitalismo organizado* que gira em torno da função estruturante da mão pública, mas obviamente não foge das imposições de um sistema econômico global que, ao forçar todos os seus *stakeholders* de se submeter ao imperativo categórico da competitividade sistêmica, perpetua e ate aprofunda a polarização social e espacial em todo o território brasileiro, deixando a Amazônia em sua condição de sustentáculo de estratégias (neo)desenvolvimentistas meramente miméticas.

**Mapa 2 - A Mesorregião Sudeste Paraense do Estado do Pará**



Fazemos questão de ilustrar esta condição a partir das atividades do setor mineral na região sudeste do Estado do Pará (ver Mapa 2) que deram os seus primeiros passos mais sólidos com a implantação do Ferro Carajás, um Programa, cujas perspectivas de rentabilidade têm sido avaliadas, num primeiro momento, com bastante ceticismo por diversos observadores, que duvidavam que, depois do boom pós-guerra, as indústrias siderúrgicas do hemisfério Norte poderiam demandar, na escala desejada, o minério da Serra dos Carajás. Seguiam, desta maneira, um raciocínio que não contava com o espetacular crescimento econômico de países emergentes como a China que se tornou o maior comprador dos minérios extraídos no Pará. No entanto, o aproveitamento de recursos naturais não renováveis, por mais que a sua escala esteja aumentando vertiginosamente, não representa garantia nenhuma para que os territórios que hospedam tais atividades, estejam caminhando rumo à sustentabilidade social e econômica. Considerando que no Brasil a política tributária é prerrogativa da esfera federal, os representantes das instâncias estaduais e municipais estão sem nenhuma ingerência neste campo específico. Precisam aceitar a *lei Kandir* que, ao liberar bens e serviços exportados da taxaço do ICMS, aumenta a competitividade internacional das empresas do setor mineral, melhora - em situações de demanda aquecida por insumos minerais - o desempenho da balança comercial do Brasil e deixa os paraenses literalmente com o *pires na mão* diante do cenário da destruição sócio-ambiental em seu próprio quintal. E, também, não têm como não aceitar o fato de que, nas condições da legislação atual, as mineradoras precisarem pagar *royalties* somente àqueles Municípios que abrigam a atividade mineral. Trata-se de uma regra que incentiva a transformação de municípios vizinhos em primos ricos e primos pobres, aprofundando, desta maneira, a polarização socioeconômica dentro do próprio contexto mesorregional. Além disso, é preciso lembrar que, uma vez implantados, os grandes projetos minerais, pelo fato de serem altamente capital-intensivos, estão proporcionando a partir do momento de sua operação apenas tênues efeitos de ocupação, emprego e renda em nível local. Em princípio, poderia se enfrentar esta problemática através da implementação de estratégias ousadas de verticalização no setor mineral. E não há falta de planos que pretendem caminhar nesta direção. Cabe mencionar aqui o projeto *Aços Laminados do Pará* (Alpa). Visa a ampliação da cadeia de ferro no Estado através da implantação de uma usina

industrial no Município de Marabá que deve chegar a uma produção de até 10 milhões de toneladas de placas e bobinas laminadas, envolvendo em sua primeira fase um investimento de US\$ 3,7 bilhões e prevendo, inclusive, linhas de beneficiamento de placas de aço semi-acabadas através de uma parceria industrial entre a Vale e Grupo Aço Cearense.

Não é a nossa intenção de especular aqui e agora sobre o futuro deste projeto, cuja realização foi decidida em março de 2008 numa reunião no Palácio de Planalto em Brasília entre representantes do Governo Federal, da Vale e do Governo Estadual. Mas fazemos questão de chamar atenção que as reduções significativas de custo, alcançadas, nas últimas décadas, na área do transporte internacional, não incentivam as mineradoras de apostar na montagem de amplos e diversificados parques industriais em regiões que estão distantes dos grandes mercados da economia mundial. Pelo contrário! As estimulam de continuar exportando as riquezas minerais dos solos amazônicos com baixos níveis de valor agregado. Aliás, a partir de um regime de acumulação que, determinado pela imperiosa necessidade de anular o espaço pelo tempo, acaba se impondo na própria paisagem física da região através do crescimento de assentamentos humanos que, em sua essência, funcionam como pontos focais da circulação de um excedente de mão de obra para os períodos de construção dos grandes empreendimentos da indústria mineral e da implantação e da ampliação das vias de escoamento dos seus produtos para os mais diversos mercados internacionais. Exemplos paradigmáticos desta lógica urbanizadora são os Municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás.

O primeiro, criado nos anos 80 do século passado como uma vila improvisada para garantir o fornecimento de mão de obra e de insumos industriais complementares ao *Ferro Carajás*, faz parte hoje das 11 unidades municipais do Pará que abrigam mais de 100.000 habitantes. E o segundo, nascido na mesma época como colônia agrícola, quintuplicou entre 2000 e 2010 a sua população residente em virtude da exploração das reservas de minério de cobre dos seus solos. Atualmente, ambos se destacam como duas ilhas de crescimento no âmbito da economia paraense, tendo produzido em 2010 com apenas 2.35% da população residente do Estado quase um quarto do seu



respectivo PIB e ocupado, no mesmo ano, os dois primeiros lugares no *ranking* dos maiores PIBs per capita dos Municípios paraenses. (Veja Tabelas 1 e 2)

**Tabela 1 - Ranking dos 10 maiores PIBs dos Municípios do Estado do Pará a preços de mercado corrente - 2010**

<b>Ranking dos maiores PIBs</b>	<b>Mil R\$</b>	<b>Part. em %</b>
Belém	17.987.323	23,11
Parauapebas	15.918.216	20,45
Ananindeua	3.669.747	4,71
Marabá	3.611.647	4,63
Barcarena	3.550.233	4,56
Tucuruí	2.817.702	3,62
Santarém	2.051.529	2,64
Canaã dos Carajás	1.559.968	2
Castanhal	1.749.213	1,86
Paragominas	1.235.379	1,59
Total dos 10 Municípios	53.834.377	69,15
Total dos 134 demais Municípios	24.013.219	30,85
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>77.847.597</b>	<b>100</b>

Fonte: Fonte: Mitschein, Chaves 2013

**Tabela 2 - Ranking dos maiores PIBs per capita a preços de mercado corrente dos Municípios do Estado do Pará - 2010**

<b>Ranking dos maiores PIBs per capita</b>	<b>R\$</b>
Parauapebas	103.404
Canaã dos Carajás	58.367
Barcarena	35.573
Tucuruí	29.016
Oriximiná	19.220
Floresta do Araguaia	16.223
Marabá	15.427
Almerim	12.751
Belém	12.921
Paragominas	12.633
<b>Média no Estado do Pará</b>	<b>10.259</b>

Fonte: Mitschein, Chaves 2013

Mas se forem avaliados por indicadores como o nível educacional da população adulta e jovem, ou pelos índices de vínculo empregatício da população em idade de trabalhar na faixa etária de 17 a 29 anos, pouco se diferenciam da baixa média paraense nestes mesmos quesitos. Neste contexto, é importante destacar que esta dinâmica polarizadora do crescimento da economia paraense está sendo potencializada pela alocação do extraordinário fluxo de investimentos que o Pará deve internalizar no período de 2012 a 2016. Envolvendo um volume de recursos financeiros de quase R\$130 bilhões, destinado, em grande parte, à indústria mineral, à melhoria da infraestrutura portuária e ao aproveitamento do potencial hidroelétrico paraense beneficiará a 23 Municípios nas regiões Grande Belém, Carajás e Tapajós. Mas, na realidade, **três quartos dos investimentos e dois terços dos empregos previstos estão direcionados apenas a 05 unidades** do universo municipal paraense que hospedam somente 7% da população residente e 9% da população urbana do Estado. (Mitschein, Chaves, Estumano 2014) De qualquer maneira, trata-se de uma tendência que permite vislumbrar um cenário em que o Pará esteja se tornando uma colônia mineral para os mais diversos *stakeholders* do sistema econômico (**inter**)nacional.

Mas este mesmo cenário deixa de ser uma fatalidade intransponível se, de acordo com Roberto Mangabeira Unger (2008, p. 1, destaque T.M.), os principais protagonistas da política brasileira resolverem de enxergar a reinvenção da região como uma oportunidade para o Brasil se reconstruir no século XXI.

"Transformando a Amazônia - escreve o intelectual brasileiro - o Brasil se transformará. (...) Hoje a discussão do destino da Amazônia serve como alavanca de pressão do mundo sobre o Brasil. Pode, porém, abrir espaço para nós no mundo. Para isso, temos de mostrar como, ao reafirmar nossa soberania na Amazônia, podemos fazê-lo a serviço não só do Brasil mas também da humanidade. Uma iniciativa nacional a respeito da Amazônia é capaz de esclarecer e de comover o país. **Presta-se a uma iniciativa de libertação nacional.** No século 19, completamos a ocupação do litoral. No século XX, avançamos para o

centro-oeste. No século XXI, reconstruiremos o Brasil ao reinventar a Amazônia. O espírito da empreitada deve ser o de definir a Amazônia como vanguarda, não como retaguarda". (ibid.)

Neste contexto, defende a necessidade de aprofundar no *continente amazônico* um zoneamento econômico-ecológico que, em sua qualidade de "tradução espacial de um pensamento econômico", precisa definir "o que pode - e deve - ser produzido onde", encaminhando, a partir daí, "a solução de todos os problemas fundiários na Amazônia" e formulando um projeto de desenvolvimento em "duas grandes vertentes: para a Amazônia já desmatada e as grandes cidades (onde se concentra ainda mais do que em outras regiões do país, a maior parte da população) e para "a Amazônia onde a mata permanece em pé". (ibid.)

No que diz respeito à "Amazônia já desmatada", recomenda "aproveitar esse espaço para inovar, construindo na agricultura familiar, na pequena indústria e nos serviços um modelo econômico que não repita os erros do passado brasileiro" e, concomitantemente, prioriza a criação de uma relação sinérgica entre "indústrias de ponta, "pós-Fordistas" (que) podem produzir, de maneira, não padronizada, máquinas e insumos que a retaguarda de empreendimentos menores e mais atrasados consigam usar". (ibid.)

E quanto à "Amazônia onde a mata permanece em pé", ele destaca a necessidade imperiosa de institucionalizar regimes de tributação que fazem com que a floresta em pé valha mais do que a floresta derrubada, incentivando iniciativas que dizem respeito à organização da "prestação dos serviços ambientais" e em investimentos maciços no aproveitamento tecnológico da biodiversidade.

Nestes termos, a proposta de Mangabeira Unger vem ao encontro com o paradigma do eco-desenvolvimento (Sachs 1986, 2006) que defende o uso múltiplo da biomassa terrestre e aquática para a produção de alimentos, rações para animais, adubos verdes, bioenergias, materiais de construção e insumos para diversos setores indústrias e, ainda, aborda, os ecossistemas intactos como um

renovável tesouro de insumos naturais para as mais diferentes áreas da reprodução humana. Ou seja, insiste na criação de uma moderna civilização da biomassa que desafia a maldição da "transposição mimética da civilização europeia" nos trópicos (Sachs 2006, p. 389).

No entanto, uma empreitada deste tipo não rima com as determinações de uma política econômica que reservam a setores tão essenciais como educação, saúde, saneamento, ciência e tecnologia, gestão ambiental, organização agrária e indústria menos do que 10% do Orçamento Geral da União, mas destinam em torno de 40% ao pagamento de juros, amortizações e refinanciamentos da dívida pública do país (ver Tabela 3), suscitando, assim, "uma brutal transferência de recursos públicos ao setor privado, nacional e internacionalmente" (Fatorelli 2012).

**Tabela 3 - Orçamento Geral da União - Gastos em % com educação, saúde, saneamento, gestão ambiental, ciência e tecnologia, indústria, organização agrária e juros e amortizações da dívida em 2012, 2013 e 2014**

<b>Despesas</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Educação	3,34	3,70	3,73
Saúde	4,17	4,29	3,98
Saneamento	0,04	0,04	0,02
Gestão ambiental	0,16	0,19	0,16
Ciência e tecnologia	0,34	0,38	0,28
Indústria	0,11	0,11	0,10
Organização Agrária	0,11	0,15	0,12
<b>Total</b>	<b>8,27</b>	<b>8,86</b>	<b>8,39</b>
Juros e amortização da dívida pública	43,98	40,30	45,11

Fonte: Auditoria Cidadã, elaboração própria

De qualquer maneira, o que os dados da Tabela 3 mostram com nitidez é que os principais protagonistas da política brasileira preferem evitar conflitos e contendas com os *stakeholders* daqueles bancos nacionais, estrangeiros e

investidores internacionais que, junto com as seguradoras, detêm 62% do estoque da dívida pública brasileira<sup>10</sup>.

Adotam, assim, uma postura pouco surpreendente no âmbito de um sistema econômico global que, mesmo depois da *Caída do Muro de Wallstreet* (J. Stieglitz) em 2008, continua sujeito aos humores de mercados financeiros que, pelo seu próprio tamanho e pelo seu baixo nível de regulação, conseguem determinar os rumos da economia internacional. Mas ao fecharem os olhos diante da imperiosa necessidade do país redefinir as modalidades de pagamento de sua dívida pública não apenas deixam as instancias do estado literalmente de mãos atadas diante das acumuladas mazelas sociais e ambientais em todo o território nacional, colocando em risco a possibilidade da sociedade brasileira alcançar um futuro social, econômico e ecológico minimamente sustentável. Ao mesmo tempo, acabam subestimando de forma surpreendente o virtual poder de barganha que está ligado ao fato do Brasil abocanhar dois terços da Bacia Amazônica, por sua vez um dos principais celeiros da bio- e sociodiversidade deste planeta.

## **Mas o que fazer para transformar este poder virtual numa realidade palpável?**

A resposta à esta indagação nos parece óbvia! Torna-se indispensável de conceber e viabilizar um programa sólido e convincente que, no dizer de Mangabeira Unger, faz do **"soerguimento da Amazônia prioridade brasileira na primeira parte do século 21"** (ibid. p.1, destaque T.M.),

--- transmitindo com clareza para a sociedade nacional que a transformação das áreas já desmatadas - uma gigantesca massa territorial de quase 800.000 km<sup>2</sup> - num espaço de inovação técnico-econômica em torno da elevação sistemática da "produtividade primária da biomassa dos campos, da floresta e das águas" (Sachs 2006, p. 231), proporcionará ao país a oportunidade de criar o embrião de uma "civilização original dos trópicos" (ibid., p.403), ponto de partida indispensável

---

<sup>10</sup> Segundo o economista Adriano Benayon (2013), as despesas com os serviços da dívida somaram de 1988 até o presente "a colossal quantia de R\$ 10 trilhões em preços atualizados", um montante que, como cabe acrescentar, representa aproximadamente o dobro do PIB do Brasil de 2010.

para iniciar a revisão de um modelo de acumulação que desperdiça de forma estrondosa as potencialidades endógenas de desenvolvimento dos múltiplos espaços locais em todas as regiões do território nacional e

--- formando com os seus vizinhos sul-americanos um bloco de cooperação regional que esteja determinado para se afirmar no jogo da geopolítica internacional através da criação de instituições financeiras autônomas, instrumentos próprios de controle dos recursos naturais disponíveis, meios de comunicação independentes, um inteligente sistema de segurança militar e da ampliação das capacidades técnico-científicas dos seus membros associados,

--- mostrando aos protagonistas de um mundo globalizado cada vez mais sujeito à destruição das bases naturais da própria sobrevivência humana que a atuação brasileira no *continente amazônico* privilegiará a preservação dos extraordinários serviços ambientais que a maior floresta tropical do planeta está suscitando em benefício da humanidade toda.

## **2.1 Os plantadores de cacau no Município de Tucumã/Pa ou a engenhosidade de camponeses que se abrem para as especificidades de sua ecorregião.**

**Mapa 3 - O Município de Tucumã na mesorregião sudeste paraense**



Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu

Nascido no processo do avanço da *fronteira amazônica*, a dinâmica do crescimento demográfico de Tucumã foi determinada pela extração mineral e pela pecuária. Nos anos oitenta, a descoberta de ouro tinha transformado o atual território deste Município num *Eldorado*, onde se espalharam aproximadamente 36.000 garimpeiros em busca desta matéria prima cobiçada, atropelando, assim, o plano do Governo Federal de instalar nesta área uma iniciativa de colonização agrícola através da empresa Andrade Gutierrez.

Passado o ciclo da garimpagem, Tucumã começava a deslocar o eixo de suas atividades econômicas para a pecuária, iniciando, assim, um acelerado processo de remoção de sua cobertura vegetal que, no período de 1984 e 2008, alcançou a casa dos 74%. (Mitschein, Chaves, Alves do Vale 2011, p. 74) Em 2010, conforme dados da Agência de Defesa Agropecuária do Pará (ADEPARÁ), 74% dos 1.738 pecuaristas de Tucumã dispunham de propriedades rurais de até 100 hectares. São pequenos criadores descapitalizados que não têm condições para garantir a renovação regular dos seus pastos e a suplementação alimentar aos seus animais, sobretudo na estação não chuvosa. Inadimplentes em sua grande maioria perante as instituições de fomento financeiro, esses criadores sofrem com o baixo rendimento dos seus empreendimentos que, num determinado momento, ou acabam largando ou procurando manter em terras ainda não desbravadas. Vivenciam, portanto, uma situação sócio-econômica altamente calamitosa que incentiva os seus filhos de virar as costas para o campo, procurando alternativas de sobrevivência nas zonas urbanas, onde disputam uma irrisória oferta de empregos estáveis com migrantes de outras regiões que continuam sendo atraídos pelos grandes empreendimentos minerais.

No caso específico de Tucumã, é preciso mencionar o Projeto *Onça Puma* que, situado no Município vizinho Ourilândia do Norte, transforma, desde 2011, níquel laterítico em ferroníquel. Trata-se de um investimento de \$US 1,2 bilhões que, no auge do seu funcionamento, deve gerar, segundo informações da mineradora responsável, 1.300 empregos diretos e 500 indiretos. Para dois Municípios que, diga-se de passagem, abrigam conjuntamente 61.049 habitantes, apontando altos índices de urbanização e baixos níveis de vínculo empregatício da população na faixa etária de 17 a 29 anos.

Contudo, por mais que em ambos a implantação do Onça Puma estava sendo acompanhada tanto pela queda das atividades pecuaristas (criação de bovinos e produção de leite) como pela redução das áreas plantadas para alimentos básicos como arroz, mandioca e feijão (Mitschein, Chaves, Estumano 2014), como uma notável exceção desta tendência declinante no âmbito do setor primário se destaca o cacau (*Theobroma cacao*) que, segundo dados do IBGE, vivenciou no período em questão uma expansão de sua área cultivada de 1.267ha para 4.746 ha.

Introduzido por migrantes camponeses do Sul do Brasil, ele, hoje, faz parte da cultura local e acabou revelando a sua viabilidade econômica através de números claros e contundentes: Pode proporcionar numa área de cinco hectares uma renda líquida anual que é quase dez vezes maior do que aquela que se pode gerar pelo manejo do gado de leite no mesmo espaço nos moldes da pecuária extensiva. E quem entrevistar hoje os pioneiros do plantio do cacau percebe com facilidade a sua defesa até entusiástica de uma cultura que, conforme eles, faz bem aos produtores e à própria economia municipal. Segundo José Lima, dirigente da Cooperativa Mista Agropecuária de Tucumã (COOPERTUC), "o Município estaria *lascado*, se não fosse o cacau." (Cit. in: Mitschein, Chaves, do Vale, *ibid.*, p. 64)

Mas se apesar disso os pecuaristas de menor porte não têm abraçado esta opção de maneira mais expressiva, é porque não dispõem dos \$R 40.000 que lhes custaria a preparação dos mencionados cinco hectares para o cultivo de uma planta tropical que frutifica somente a partir do quarto ano. Ou seja, se continuarem presos na armadilha de uma pecuária extensiva que mau sustenta aqueles que a praticam e, ainda, compromete de forma excessiva o seu meio natural, é porque não conseguiram se organizar de uma maneira mais efetiva em torno de propostas técnicas que recomendam associar a atividade pastoril à implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs). Propostas, aliás, que foram testadas com êxito nos mais diversos cantos do Trópico Úmido e estão acessíveis em várias instituições técnico-científicas do próprio Estado do Pará, mostrando, inclusive, que, em Tucumã, a transformação de uma propriedade rural de 100



hectares numa unidade empresarial minimamente sustentável exigiria um investimento de aproximadamente \$R 200.000<sup>11</sup>.

E se este valor for disponibilizado à, digamos 1000 criadores de bovinos com áreas de manejo deste tamanho, neste caso se poderia iniciar com \$R 200 milhões um projeto de desenvolvimento local que permitiria

--- iniciar a recuperação dos solos de uma parte considerável da área rural de Tucumã,

--- elevar significativamente a renda mensal das famílias envolvidas,

--- estabelecer uma relação de troca mutuamente benéfica com os indígenas Kayapó, donos da última reserva florestal no sudeste paraense que dispõe das sementes e das mudas de espécies nativas a serem adquiridas para a execução de um projeto desta natureza,

--- aumentar a produção de leite durante o ano todo, reduzindo, assim, a ociosidade dos laticínios nos meses da época não chuvosa<sup>12</sup> e

--- avançar com a criação de *forward linkages* na área da fruticultura, gerando, assim, ocupação, emprego e renda numa zona urbana, onde já se concentram mais de 70% de toda a população residente do Município e, *last but not least*,

--- se tornar objeto de uma discussão sistemática sobre a viabilização de alternativas de desenvolvimento numa mesorregião, cuja economia está norteadada por uma mineração e uma pecuária extensiva que, nos moldes do seu atual funcionamento, passam longe de qualquer perspectiva de sustentabilidade.

Enfim, um projeto que geraria efeitos sócio-econômicos e ambientais altamente positivos, se aproximando, inclusive, aos anseios de diversos

---

<sup>11</sup> Bolsa Amazônia: Sistemas agrossilvipastoris em Tucumã. Pesquisa de campo, Belém 2010.

<sup>12</sup> O alto índice de ociosidade dos laticínios se deve ao fato de que a produção do leite provém, principalmente, de pequenos criadores que "exploram vacas não especializadas, mantidas em pastagens mal manejadas, ocorrendo severa restrição nutricional destes animais na época da seca". (Feitosa, Homma et.al., p.2)

protagonistas da sociedade civil de Tucumã que defendem a necessidade das empresas mineradoras darem suporte à um novo ciclo de desenvolvimento no contexto municipal, baseado na diversificação das atividades da agricultura familiar e da pecuária de pequeno e médio porte. (Mitschein, Chaves, do Vale 2011)

No entanto, no que diz respeito à viabilização e, sobretudo, à multiplicação de projetos desta natureza, elas se chocam frontalmente com uma política econômica que, como mostramos anteriormente, privilegia o pagamento da dívida pública mobiliária do Brasil.

# POSFÁCIO - SOBRE A NECESSIDADE DE CONSTRUIR NUMA AMAZÔNIA CADA VEZ URBANA UM DENSO MUTIRÃO INTERINSTITUCIONAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Em 2007, pela primeira vez na história humana o número dos habitantes das cidades tinha ultrapassado o das áreas rurais. Como elemento integral desta inversão se destaca o *inchaço* das *shanty-towns* (favelas) no hemisfério Sul que já abrigam 1 bilhão de pessoas e estão recebendo a cada ano mais 30 milhões de novos moradores.

A América Latina, ocupando o primeiro lugar no *ranking* de urbanização por continentes, se enquadra perfeitamente bem nesta trajetória, uma vez que 124 milhões dos seus habitantes continuam sobrevivendo em imensos subúrbios com infraestruturas e serviços sócias altamente precários. E é digno de nota que a tendência dos latino-americanos se aglomerarem cada vez mais em frações cada vez menores do seu território está avançando também na Amazônia brasileira. Nas cinco décadas passadas, a parcela urbana da população residente desta região tem passado de 36% para impressionantes 74%, revelando no mencionado período taxas de crescimento que ultrapassam de longe a média brasileira.

No caso do Pará, mencionado diversas vezes no capítulo anterior, que responde por aproximadamente 40% do PIB da Região Norte do Brasil, as modalidades e a dinâmica que caracterizam esta transformação da maior floresta tropical do planeta numa "floresta urbanizada" (B. Becker), estão sendo moldadas, das mais diversas formas, pela mineração, pela indústria madeireira e pela pecuária. Três setores que, conjuntamente, representam hoje as locomotivas da economia do estado, propiciando baixos níveis de agregação de valor, gerando, conseqüentemente, tênues efeitos de ocupação, emprego e renda e sujeitando crescentes segmento sociais aos impactos nocivos de uma *urbanização selvagem* (Mitschein, Chaves 2013) que

--- segrega porque nega à esmagadora maioria da população condições minimamente civilizatórias em áreas essenciais como educação, saúde, saneamento, moradia, renda familiar e segurança alimentar;

--- uniformiza porque sujeita os setores populares às mensagens de uma cultura global comercializada que, transmitidas diariamente pela mídia e seus programas de divertimento, lhes tiram, como diriam Adorno e Horkheimer (2006, p. 119) “a última ideia de resistência que a realidade ainda deixa subsistir” e, *last but not least*,

--- tem se tornado a principal fonte do aumento dos índices de criminalidade e de violência até nas cidades de menor porte.

De qualquer maneira, revela profundas tendências de destruição da natureza externa e interna dos amazônidas que estão sendo consolidadas por uma política nacional que continua perpetuando o papel da região como província geradora de *hard cash* e de energia farta e barata para as regiões economicamente mais competitivas do país.

Como virtual alternativa à este cenário nocivo apresentamos a opção do Brasil fazer da reinvenção da Amazônia um insumo central para a sua própria reorganização neste século XXI, implementando, no âmbito das áreas alteradas da Hiléia, o embrião de uma "civilização original dos trópicos" (Sachs 2006, p. 402) que

--- se baseia no estudo, no reconhecimento e no respeito das especificidades de cada eco-região, insistindo na elevação sistemática da produtividade primária da biomassa terrestre e aquática bem como na criação de "complementaridades (entre) os campos, as pastagens, as florestas e as águas" (ibid. p. 82) e

--- defende a ampliação da capacidade técnico-científica já instalada na região através de uma política que procura evitar, ao máximo, caídas na "armadilha da pretensa lógica própria do progresso técnico" (Sachs 1986, p. 124), se abrindo, a partir daí, ao saber tradicional dos povos indígenas que, por séculos, se

destacaram pelo seu trato engenhoso da flora e fauna da região amazônica (Posey 1984, Ceron Solarte 1990, Posey, Oliveira 1994<sup>13</sup>).

Partimos do princípio de que esta proposta deve ser difundida na própria Amazônia através da construção de um denso e operativo mutirão interinstitucional no campo da educação pública que visa

--- a transformação das escolas de ensino fundamental e médio em **agências de (eco)desenvolvimento** que, no âmbito de disciplinas como história, geografia, biologia, química ou sociologia, devem focalizar as modalidades da ocupação histórica e contemporânea da Amazônia, os ciclos reprodutivos dos seus ecossistemas bem como opções sustentáveis do seu uso;

--- a implantação de ligações sólidas entre as escolas de nível médio com cursos técnicos e tecnológicos, encarregados, por sua vez, para formar profissionais a partir das potencialidades endógenas de desenvolvimento de cada unidade territorial (Mitschein, Chaves, Estumano 2014) e

--- a consolidação das capacidades de trabalho das universidades regionais em torno do desafio da "valorização do trinômio biodiversidade-biomassas-biotecnologias" (Sachs 2006, p. 393).

Enfim, um mutirão que promove o aproveitamento das oportunidades econômicas que o uso múltiplo da biomassa terrestre e aquática é capaz de proporcionar, fomentando, ainda, "uma leitura do mundo" (Paulo Freire) que permite entender a diversidade do mundo meio natural e cultural como fonte indispensável da vida humana.

---

<sup>13</sup> Neste contexto, cabe lembrar que, especialmente, no Equador na Bolívia, no Peru e na Colômbia, países que fazem parte da Bacia Amazônica, os povos ancestrais *redescobriram* cosmovisões pré-colombianas em seu processo de afirmação como protagonistas políticos. No caso equatoriano, contribuíram, de forma expressiva, para a inclusão da natureza como sujeito de direito na nova Carta Magna do país. (Acosta 2008)

Contudo, reconhecemos com todas as letras que a reinvenção da Amazônia nos moldes propostos, dificilmente, se concretizará se os principais *stakeholders* do Brasil deixarem de se preocupar

--- com a realização de reformas profundas no âmbito de um sistema político que, como já foi realçado, "concentra renda, riqueza e poder" e, em vez de neutralizar o esteio plutocrático de sua sustentação, não consegue fazer mais do que "ajustes superficiais" (Pinheiro Guimarães 2014, p.6) e, também,

--- com a formação de um operativo bloco político de cooperação latino-americana, baseado no objetivo de afirmar o papel do subcontinente no âmbito da geopolítica e geoeconomia internacionais através da valorização sistemática de sua (ainda) extraordinária bio- e sociodiversidade em benefício dos seus próprios habitantes e, conseqüentemente, para o resto da tripulação desta assim chamada vila global.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A.: **El buen vivir, una oportunidad por construir.** In: Ecuador Debate, 28 de diciembre del 2008.
- Adorno, Horkheimer: **A dialética do esclarecimento.** São Paulo, 2006
- BENAYON, A.: **As fontes da dívida pública.** In: Correio da Cidadania, 13. 12. 2013.
- BOSSI, A.: **Dialética da Colonização.** São Paulo 1992.
- CALDEIRA, J.: Mauá. **Empresário do Império.** São Paulo 1997.
- CARRERA D. G.: (ed.): **Introducción al volumen. Historia de América Andina.** Volumen 4, Crisis Del Régimen Colonial e Independencia, Universidad Andina Simon Bolívar, Quito 2003.
- CERON S. C. B. H.: **Manejo Sostenido de la Selva Pluvial:** los Awa Kwaiker em relación con outros grupos indígenas de Terra Firme. In: Flores, C.; Mitschein, T.A (orgs.): Realidades Amzônicas No Fim do Século XX, Belém 1990, Série Cooperação Amazônica 5.
- FATORELLI, M., L.: **A inflação e a dívida pública.** In: Le Monde Diplomatique, Ano 4, Número 64, junho 2011.
- FEITOSA, H. et. al.: **Da Produção Familiar no Sudeste Paraense:** O caso dos Produtores de Leite no Município de Rio Maria. In: WWW.sober.org.br.
- FREITAS, D.: **Escravos e Senhores de Escravos.** Porto Alegre, 1983.
- GALEANO, E.: **Os pecados do Haiti,** in: Le Monde diplomatiqu. Março 2010, Ano 3, Número 32.
- HAINES, G. K.: **The Americanization of Brazil.** A Study of U.S. Cold War Diplomacy, in the Third World, 1945-1954, Wilmington, Delaware 1989.
- JAMES, C. L. R.: **Os jacobinos negros.** Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos, São Paulo 2000.
- LECHNER, N.: **A Modernidade E A Modernização São Compatíveis?** O Desafio da Democracia Latino-Americana, in: Lua Nova, Revista De Cultura E Política, outubro 90, n. 21.

MANGABEIRA, U. R.: **Projeto Amazônia. Esboço de uma Proposta**, Belém 2008, (manuscrito).

MARX, K.: **O Capital, Livro 1**, Rio de Janeiro 1980.

MITSCHEIN, T. A.: **Die Dritte Welt als Gegenstand gewerkschaftlicher Theorie und Praxis**. Zur Analyse der internationalen Politik metropolitaner Gewerkschaften, Frankfurt, New York 1981.

\_\_\_\_\_: **O Direito à Diversidade Socioambiental como Utopia Andino-Amazônica no Século XXI**. In: Mitschein, T. A.(org.): Série Debate – Barbárie ou O que? Sobre o futuro da espécie humana no século XXI, Belém 2010.

MITSCHEIN, T. A.; CHAVES, J. F.; do VALE, L.: **Polarização Socioespacial e Desenvolvimento Local no Sudeste Paraense - O exemplo de Tucumã**, Belém, 2011.

MITSCHEIN, T. A.; ROCHA, G.; DIAS, C.: **Territórios Indígenas e Serviços Ambientais na Amazônia: O Futuro Ameaçado do Povo Tembé no Alto Rio Guamá (PA)**, Belém 2012

MITSCHEIN, T. A.; CHAVES, J. F.: **Desenvolvimento local e o *Direito à Cidade* na Floresta Amazônica**, in: Mitschein, T. A.; Rocha, G.; Vasconcellos Sobrinho, M.: *Desenvolvimento local e o Direito à Cidade na Floresta Amazônica*, Belém 2013.

\_\_\_\_\_: **Desenvolvimento Local: Um referencial viável para o Estado do Pará?** In: Mitschein, T. A.; Rocha, G.; Vasconcellos Sobrinho, M.: *Desenvolvimento local e o Direito à Cidade na Floresta Amazônica*, Belém 2013.

MITSCHEIN, T. A.; CHAVES, J. F.; ESTUMANO, E.: **O Estado do Pará no Século XXI e o desafio da educação profissionalizante**, Belém 2014

MUMFORD, L.: **Mythos der Maschine. Kultur, Technik und Macht**, Frankfurt am Main 1986.

MOYA, P. F. Et. al. (Orgs): **História del Caribe**, Barcelona, 2001.

MORIN, E.: **a VIA para o futuro da humanidade**, Rio de Janeiro 2013.

PAULANI, L. M.: **A dependência redobrada**. In: *Le Monde Diplomatique*, Brasil Ano 6, Número 65, agosto 2012.



PINHEIRO G. S.: **Para onde vai o Brasil ALTERNATIVAS BRASILEIRAS.** In: Le Monde Diplomatique, Brasil Ano 7, Número 80, março 2014.

POSEY, D. A.: **Os Kaypós e a Natureza.** In: Ciência Hoje, Vol 2 no 12, 1984.

POSEY, D. A.; Oliveira, A.: **Introdução à Relevância do Conhecimento Indígena,** in: Ciência Kayapó. Alternativas contra a destruição, Belém 1992.

Ribeiro, D.: **As Américas e a Civilização.** Processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos, São Paulo 2007.

SACHS, I.: **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir,** São Paulo 1986.

\_\_\_\_\_: **Rumo À Ecosocioeconomia.** Teoria e prática do desenvolvimento, São Paulo 2006.

SUDAM: **II Plano Nacional de Desenvolvimento.** Programa de Ação do Governo para a Amazônia, Belém 1976.

THURNER, M.: **Los Indios Y Las Repúblicas 1830-1880.** In: História de América Andina (Volume 5) Creación De Las Repúblicas E Formación De La Nación, Quito-Ecuador 2003.

TODOROV, S.: **Die Eroberung Amerikas. Das Problem des Anderen.** Frankfurt am Main 1982.

VALENCIA L. A.: **La Integración De La población Negra En Las Sociedades Andinas 1830- 1880.** In: História de América Andina (Volumen 5) Creación de Las Repúblicas e Formación de La Nación, Quito-Ecuador 2003.



# DEMANDAS E DESAFIOS DA COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA

Nazaré Imbiriba

O texto de Thomas Mitschein e Ailton Lima, desvendando as múltiplas faces e esfinges do colonialismo, toca de forma profunda em feridas nascidas há tempos, mas que, à falta de cicatrização, continuam a sangrar e a marcar o cotidiano de tantos povos que ainda sobrevivem na mais ignominiosa e centenária exclusão social onde a pobreza material é a expressão mais evidente, ainda que não a única.

Neste momento de instigação, sou levada a pensar naqueles que me estão mais próximos, os amazônicos, que centenariamente ainda se constituem, em seus respectivos países e em sua grande maioria, em contingentes excluídos daquilo que se poderia chamar de índices razoáveis de desenvolvimento humano.

O peso do passado colonial é uma das feridas mais antigas ainda que quase invisíveis como tal. Talvez um certo *sentir-se menos*, que inconscientemente fustiga a alma amazônica e latino-americana, um certo *desprezo escondido* por tudo o que é muito nosso, um certo *deslumbramento* por *soluções* que vêm de fora, um quase desinteresse dos quem têm o poder de mando por quase tudo que *vem de baixo*, esses traços, que apenas um olhar atento poderia identificar sem demora, são pequenos vieses um tanto quanto emocionais que revelam, quiçá, uma história de aniquilamento cultural no sentido mais ampliado do que isso significa.

O velho colonialismo deu lugar a formas mais sofisticadas de dominação: certamente as relações Norte-Sul estão aí para comprovar. E no meio delas a Amazônia, um continente superlativo, também está aí para exemplificar.

Quase trinta anos de *intimidades* com as terras andino-amazônicas me trazem reminiscências, me obrigam a voltar à minha própria trajetória de vida, em *resignificar* estórias em que fui atriz, coadjuvante, ou espectadora, e nas quais - seguramente em parte delas - talvez não tenha estado suficientemente atenta às

camadas quase imperceptíveis de dominação, às escolhas estranhas aos interesses dos daqui, a ações e soluções impregnadas de distanciamentos e até contra ao que nossa cultura exigia, às doações pequenas recebidas como *grandes dádivas*, às incompreensões rígidas com a *lenta*, (por diferente) atuação dos daqui, à indiferença pelos esforços dos bem pequenos, ao *endeusamento* do *high-tech*, do moderno, do *avant-garde*, do grande.

Nesses quase trinta anos, se a esperança vacilou, se meu antigo sentimento de que *viver é perder pedaços* cristalizou-se, nem por isso (e até por isso) fiquei cega aos avanços de uma crescente *luta de reconquista* que os amazônidas empreendem, de passinho a passinho.

Luta por recuperar sua ancestralidade, sua capacidade de crescer sem imitar e de inovar, com autonomia, seu olhar de que o *Outro* é bem vindo, quando reconhece seu direito de viver e multiplicar-se nesta terra de futuro, promessa e desigualdade. Acima de tudo: saber o que lhe convém. Tudo, porém, na marcha difícil que os poderosos ainda regulam e mantêm, no Brasil e fora dele.

Nesse caminho que ora abro, o de narrar minhas experiências, fiz da cooperação e da Amazônia meu caminho de vida, por genética ou por inspiração. Sempre achei que os limites do mundo não se acabavam em Belém do Pará, ou na Baía de Guajará; que o horizonte servia para desejarmos ultrapassá-lo; que a Amazônia não era apenas brasileira: trabalhar e contribuir para uni-la, conhecê-la, integrá-la e vivê-la era minha pequena missão neste mundo.

Tive sorte. Pude conceber e dirigir, por incumbência dos Reitores José Seixas Lourenço e Nilson Pinto de Oliveira, de 1985 a 1990, na Universidade Federal do Pará, o primeiro organismo universitário dedicado à Cooperação: a ARNI, Assessoria Especial de Relações Nacionais e Internacionais.

De salto, registro, já, um avanço especial, “pra não dizer que não falei de flores”: hoje, em pleno século XXI, a cooperação nessa Universidade segue viva como também cresceu institucionalmente, transformando-se em uma Pró-Reitoria de Cooperação Internacional, quiçá a única em todas as Universidades brasileiras com esse *status*, por obra do Reitor Carlos Edilson Maneschy.

No meu tempo, lá pelos anos oitenta, ousou dizer que a cooperação internacional universitária amazônica tinha seus olhos bem voltados para o *Velho Continente* e o *Tio Sam*. Pós-Graduação era lá, nossos Professores eram Doutores lá, nossos Projetos eram financiados lá, nosso intercâmbio era com os de lá. Tudo lá!

Um *Lá-Lá-Lá* que nos rendia frutos, sem sombra de dúvida, mas incutia, na maioria (e reforçava) que o *Bom* estava *Lá*. Os olhos para os próximos, para os parecidos, para os herdeiros do mesmo legado triste, estavam vendados pela herança colonial que todos, amazônidas, latino-americanos ou caribenhos compartilhávamos, em geral.

Nesse contexto, a Cooperação Amazônica na Universidade do Pará foi uma novidade, sua priorização um espanto! Dela surgiu um passo fundamental: a criação da UNAMAZ, a Associação de Universidades Amazônicas, da qual, por honra que não escondo, fui a primeira Secretária Executiva. Dela participaram Universidades amazônicas de todos os países, países que, à época, já faziam parte de um iniciante Tratado de Cooperação Amazônica, Acordo que pretendia unir a todos os governos da Bacia Amazônica.

Claro que os recursos para operacionalizar a cooperação universitária, em sua maior parte, vieram do Norte, ou de organismos onde o Norte tinha presença forte. Os governos amazônicos não estavam interessados, em sua grande maioria, em financiar uma rede de atores que, em princípio ou em teoria, gozavam de liberdade para tocar nas feridas daquele tempo, inclusive no Brasil de pós-ditadura. Nisso erravam: a autonomia das universidades era uma grande balela, então; nada mais do que uma tese.

Quando se sabe que governantes de Brasil e Colômbia ou Brasil e Peru, só se encontraram oficialmente ao final dos anos setenta e início dos oitenta, respectivamente, e que os mesmos governantes quando eleitos, mesmo antes de assumirem, a primeira viagem que faziam era à Europa ou aos Estados Unidos, pode-se entender qual era a prioridade para uma cooperação amazônica ou latino-americana por parte dos governos nacionais!

Quando se analisa a semelhança entre os Planos de Desenvolvimento dos Governos nacionais, voltados para suas terras amazônicas, também são claros os ideários comuns de *ocupar para não integrar, terras sem homens para homens sem terras*, a abertura para o grande – grande empresa, grande capital, grande investidor – um lugar onde o local, o pequeno, o perdido e o deserdado não tinham vez.

A Amazônia era, portanto, a última fronteira a desbravar, como diziam à época. E ela foi sendo desbravada do jeito que se sabe, se vê e se vive.

Triste perceber que a UNAMAZ, de interesse dos atores da cooperação amazônica à época, hoje é quase miragem, em todos os países amazônicos.

E, por que? Essa é uma das perguntas cujas respostas exigem um largo refletir.

Por isso, quero falar de outra estória em que participei, de outra experiência de cooperação pan-amazônica, para não ficar presa a um único exemplo, a um único caso.

No âmbito do Programa POEMA – Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia – ainda na Universidade Federal do Pará, integrei a coordenação de uma equipe interdisciplinar que, se bem tinha como foco a cooperação a partir das Universidades, ampliava-se para integrar um novo ator amazônico, além de governos e acadêmicos: as organizações não governamentais, que chegavam ao cenário social amazônico de então, de forma iniciante.

Além de atores ampliados, a experiência ultrapassava a capacitação de recursos humanos, algo bem presente na antecedente cooperação universitária da UNAMAZ: seu escopo era saltar do mundo acadêmico e embrenhar-se na vida concreta dos pobres da Amazônia, tentando deixar de lado, por parte dos *bem sabidos*, os preconceitos da sapiência acadêmica para se chegar ao *outro*, conhecê-lo, aprender com ele.

O alcance que esse Programa teve em dez anos, envolvendo dezenas de instituições em seis países amazônicos (Bolívia, Brasil, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela) pode ser exemplificado: 131 técnicos de nível superior capacitados,

parte deles inclusive em nível de especialização; mais de 15.000 produtores rurais beneficiados, inclusive indígenas, agroextrativistas ou quilombolas; promoção e ou implantação de 19 agroindústrias de base comunitária, com centenas de hectares de sistemas agroflorestais implementados; implantação de 26 sistemas de tratamento de água potável.<sup>14</sup>

O reconhecimento internacional dessa experiência cooperativa pode ser medida, além de outras réguas, pelos Prêmios internacionais recebidos, dos quais cito: *Equator Initiative* – Nações Unidas – durante a Rio+10 em *Jobanesburg; World*

- 
- <sup>14</sup> • Promoção e/ou Implantação de 19 agroindústrias de base comunitária, em Brasil, Bolívia, Equador e Venezuela, com base em centenas de módulos de sistemas agroflorestais - SAFs;
- Pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, a partir de fibras, corantes naturais, vegetais e frutas, derivando em néctares, xaropes, manteigas, óleos, papéis, licores, extratos, objetos de utilidade e decoração, objetos artesanais, semi-industriais e industriais, de média e alta tecnologia;
  - Estudos de Mercado locais, regionais, nacionais e internacionais;
  - Elaboração de 52 Planos de Negócios envolvendo Brasil, Bolívia Equador e Colômbia;
  - Implantação de 26 Sistemas de tratamento de água potável em Brasil e Equador;
  - Intercâmbios técnicos envolvendo 48 profissionais entre os distintos países;
  - Realização de 12 Encontros de Produtores Rurais, envolvendo temas tais como: Alternativas de Utilização de Novos Recursos Para a Produção de Alimentos, Problemas Ambientais, Gestão de Empreendimentos, Viabilização de Cadeias Produtivas, Diversificação de Matéria Prima, Melhoria da Qualidade de Produtos, Apicultura, Formação Para o Mercado e Controle de Qualidade;
  - Realização de 07 eventos Regionais Internacionais, realizados em Bolívia, Equador e Brasil: Conservação da Floresta e Uso Sustentável dos Recursos Naturais da Amazônia; Ampliando Iniciativas Sustentáveis na Amazônia: de Projetos-Piloto a Um Desenvolvimento Regional; Consolidação da Cooperação Amazônica Para o Desenvolvimento Sustentável; Áreas Prioritárias para Uma Proposta Regional de Desenvolvimento; Cooperação Sul-Sul Para o Desenvolvimento Sustentável; Forum de 229 Mulheres Indígenas Shuar; Sistema de Informação Mercadológica para a Amazônia;
  - Desenvolvimento e Implantação de web site regional, em português, espanhol e inglês, com recursos de acesso a Banco de Dados;
  - Implantação do SIMBA – Sistema de Informação Mercadológica da Bolsa Amazônia;
  - Edição e Publicação de 09 números da Revista indexada POEMATROPIC, de periodicidade semestral e tiragem de 1.000 exemplares;
  - Edição e Publicação de 08 Cartilhas para Produtores e Instrutores Rurais, Série COMO FAZER, sobre temas tais como: Manejo de Açaizal; Sistema Agroflorestal; Higienização e Sanitização na Pesca; Cultivo de Plantas Medicinais; Coleta, Beneficiamento e Armazenagem de Plantas Medicinais; Manipulação e Conservação de Plantas Medicinais; Piscicultura; Organização Social;
  - Edição de 1.000 exemplares de Vídeo e CD Bolsa Amazônia, em português, inglês e espanhol e 3.000 exemplares do CD Enciclopédia Amazônia, com recursos interativos de vídeos, jogos e fotos.

*Business Partnerships For Sustainable Development, da International Chamber of Commerce - United Nations Environmental Program, Johannesburg, ambos em 2002.*

Eu mesma fui escolhida, no Brasil, como uma das cinco mulheres do ano – Prêmio Cláudia 2000 – em seleção nacional, graças à criatividade e aos projetos de desenvolvimento sustentável realizados então, com ênfase, também, à cooperação amazônica.

No seio da cooperação amazônica relatada acima surge um Consórcio denominado de Bolsa Amazônia: *Bolsa*, porque financiava a capacitação de recursos humanos em toda a Amazônia. *Bolsa*, também, porque identificava produtos da biodiversidade, a partir de pequenos projetos produtivos, promovia a assistência técnica e mercadológica para sua inserção no mercado, com o objetivo de fomentar e criar uma rede de pequenos empresários amazônicos sustentáveis em termos econômicos, culturais e ambientais.

Essa experiência foi sistematizada em um livro: “Relatos de uma História Viva, Desenvolvimento de Comunidades Amazônicas e Cooperação Regional”<sup>15</sup>, onde seus desafios, sucessos e dificuldades foram criticamente discutidos.

Os exemplos que expressei acima servem para dar uma medida de que, àquela época de virada de século, a questão do desenvolvimento sustentável ganhava corpo e a Amazônia começava a ser uma pequena *cereja de um bolo* cujos ingredientes centravam-se em uma agenda internacional ambientalista que, ao mesmo tempo em que promovia, com recursos financeiros, ações do Sul, cobrava paradoxalmente aos governos deste mesmo Sul ações de contenção de seus gastos: *apertar o cinto em uma cintura já tão delgada!*

Poderia continuar relatando inúmeros exemplos - institucionais, públicos e não governamentais - de ações onde distintos atores, em todos os países amazônicos se propuseram a promover o desenvolvimento sustentável de populações pobres ou excluídas socialmente. E, com esforço, realizaram

---

<sup>15</sup> Imbiriba, Nazaré. Oliveira, Lea, Mitschein, Thomas. Série Sociedade, Desenvolvimento Local e Meio Ambiente na Amazônia, nº 1. Belém: NUMA/UFPA, 2013.



importantes projetos de impacto na vida concreta de comunidades amazônicas. Menores, porém, do que a realidade exigia.

Porém, aqui e agora, a questão que me imponho é cheia de misteriosos *porquês*, além de repleta de riscos: ser crítico não é fácil, traz consigo incompreensões inimagináveis, mas creio que vale à pena, mesmo que minha visão possa ser contestada, ou até por isso mesmo.

Por que tantas experiências, provindas inclusive da própria sociedade civil, não se transformaram em políticas públicas hegemônicas que transformassem o cenário amazônico e inaugurassem um modelo próprio de desenvolvimento local?

Por que os governos amazônicos priorizaram seus recursos próprios - e investimentos do Norte, inclusive na forma de volumosos empréstimos - para tudo o que fosse aparentemente grande: grandes estradas, grandes hidroelétricas, grandes explorações minerais, dentre outros, como se a educação, a saúde, a segurança pública ou os pequenos negócios fossem de menor importância?

Por que a cooperação amazônica continua, acho que até hoje, pontual, fruto de esforços de alguns poucos, ou meramente serve de base a estudos, diagnósticos, seminários e planos que não se transformam em cenários reais de integração pan-amazônica arraigada e percebida no cotidiano de indivíduos e de instituições?

Por que os centros de ensino e pesquisa da Amazônia não interagem vivamente entre si, e permanecem em um contínuo *dar-se-as-costas*, não obstante seu crescimento quantitativo em distintas áreas amazônicas de todos os países da Região?

Por que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA – não amplia sua parceria com as comunidades amazônicas? Como diz, consciencioso, seu Secretário Geral<sup>16</sup> (Manaus, Agosto de 2014): “A OTCA está

---

<sup>16</sup> Discurso do Secretário-Geral da OTCA, Robby Ramlakhan, Manaus, 13-15 de agosto de 2014, Seminário Regional sobre Soluções Sustentáveis para a Erradicação da Pobreza na Região Amazônica – Iniciativas de Garantias de Renda e Inclusão Produtiva.

sendo cobrada pelas sociedades amazônicas para elaborar uma agenda produtiva, porém ainda não dispõe de uma estratégia para tal. (...) Entendemos perfeitamente que as sociedades amazônicas querem soluções para hoje. Infelizmente a OTCA não tem respostas prontas para atender esta cobrança”. Por quê?

Por que as Agendas financeiras do Norte já não contemplam com ênfase os projetos amazônicos de desenvolvimento sustentável, para não dizer sobre o restante da América do Sul, e muito menos a cooperação regional para o desenvolvimento?

Tantas interrogações que precisam ser respondidas, tantas realidades que urgentemente merecem ser alteradas, face às quais não podemos cruzar os braços, principalmente nós que nos dedicamos à cooperação para o desenvolvimento com sustentabilidade. Perguntas que por si mesmas demonstram a fragilidade da cooperação amazônica.

Minhas avaliações sobre essa realidade da cooperação partem de minha experiência concreta desde 1985, experiências compartilhadas e discutidas com dezenas de parceiros, principalmente em Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

Daí porque acredito que devemos entender, de nossa parte, também, os mistérios da cooperação, muitas vezes realizada sem conteúdo concreto, ou como mero processo de relações públicas. A começar pelas relações dentro do próprio Sul.

No conceito da cooperação Sul-Sul está implícita a idéia de que os atores envolvidos têm em comum o fato de serem convencionalmente denominados de países em via de desenvolvimento, não industrializados ou, como atualmente se fala, de países emergentes. Diferentemente da chamada cooperação Norte-Sul, onde o Norte significa o envolvimento de países altamente industrializados, a Cooperação Sul-Sul muitas vezes é encarada como *coisa de pobre, trocas do nada por coisa nenhuma*, se quiser ser mais ácida com a realidade.

Por outro lado, e pensando no caso amazônico, poucos são os governos que brindam suporte financeiro à cooperação dentro da própria Região, isto é, a cooperação para o desenvolvimento de populações pobres da Amazônia, sua maioria.

O caso brasileiro me parece interessante. Enquanto o governo brasileiro destina vultosos recursos financeiros a título de empréstimo para que grandes empresas nacionais operem em países amazônicos, principalmente em empreendimentos de infra-estrutura, são diminutos os recursos para o financiamento, a fundo perdido, de projetos apresentados por instituições públicas ou não governamentais destinados a projetos de desenvolvimento no âmbito da cooperação regional amazônica, como o faz a Agência Brasileira de Cooperação, cuja atividade precária, de muito, ser fortalecida.

Um outro exemplo da (des)importância que cerca a cooperação regional pode ser vista, ainda no caso brasileiro: o Programa “Ciência sem Fronteiras” concede um número expressivo de Bolsas para a qualificação de professores e alunos brasileiros no exterior; entretanto, nenhuma universidade amazônica de nenhum país amazônico figura na lista de parceiros contemplados: apenas Europa, Estados Unidos e alguns países asiáticos podem acolher esses brasileiros. Na medida em que o Programa informa em seu site que “está constantemente buscando novos parceiros para facilitar o processo de colocação de alunos e pesquisadores nas principais instituições/universidades no exterior”, fica a esperança de que se possa sonhar, no futuro, com uma Amazônia sem Fronteiras!

Já na experiência concreta da Cooperação Norte-Sul, o volume dos recursos financeiros e técnicos envolvidos é menor do que uma real solidariedade internacional exigiria. Além disso, e muitas vezes, também, os objetivos e os interesses do Sul, são definidos a partir do Norte. São inúmeros os programas de Cooperação aonde a definição do “o quê” ou do “para quem” já chegam ao Sul como *pratos prontos para serem ingeridos de uma só colherada*.

Por outro lado, é óbvio que somente uma visão simplista e maniqueísta das relações humanas, ou estatais, permitiria excluir a importância da Cooperação Norte-Sul. Ao contrário, o que se torna urgente é insistir em sua ampliação em

termos cada vez mais solidários, concretos e igualitários, superando o conceito caritativo que ainda permeia grande parte desses processos.

Creio que a cooperação, ligada ao financiamento, a fundo perdido, para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, precisa, porém ser melhor explicitada. Daí, uma pergunta mais anterior se impõe.

Porque cooperar?

Vale à pena refletir um pouco. Por que pessoas ou países cooperam, em geral? Cooperam-se quando não se consegue fazer sozinho o que se tem de fazer, quando se precisa do Outro para realizar o que se deseja. Esta perspectiva mexe com a idéia de que a cooperação é um caminho muito simples e evidente, ou de que a solidariedade é um dado natural.

Sólidos mecanismos de cooperação exigem que os parceiros se necessitem, precisem um do outro, como a manteiga ao pão. Ou seja: interesses recíprocos, e preferencialmente convergentes devem ser atendidos. Quando assim ocorre, a cooperação passa a ser vital, dinâmica, e necessária.

Outro ponto interessante a refletir é o de que mecanismos de cooperação mais dinâmicos e sólidos têm em comum o fato de serem estabelecidos com conteúdos claramente definidos e com objetivos bem concretos e reais. Isto é, mecanismos que se constituem em instrumentos efetivos de trocas objetivas sejam elas de conhecimentos, de bens ou de serviços. Tais mecanismos não se prendem em bacharelescas ou metafísicas discussões que sequer tocam no objeto mesmo da cooperação.

Portanto, havendo interesses intercambiáveis e conteúdos concretos, os mecanismos de cooperação já nascem com, pelo menos, alguma vantagem em relação a outras intenções vazias, à qual poderíamos chamar de Cooperação de Blá-blá-blá.

Então, que pensar da Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento. Aqui também as premissas anteriores deveriam não apenas estar presentes como acrescentadas de algumas outras.

Partindo-se do conceito geral de que o desenvolvimento de um Estado significa, hoje, a sua capacidade de proporcionar a todos os seus cidadãos, igualdade de acesso e de condições para uma vida social, econômica e ecologicamente digna, é importante perceber que parceiros de um processo de cooperação, em princípio, têm em comum o desafio absolutamente convergente: enfrentar a pobreza que atinge parcelas consideráveis de suas populações.

Evidentemente, são múltiplas as vias para o alcance do objetivo maior do desenvolvimento enquanto superação das condições de pobreza. É verdade, também, que os países pobres ousam muito menos inovar na busca dessas vias de desenvolvimento e muito mais simplesmente imitar conceitos e paradigmas que hoje sabemos serem inviáveis no planeta.

A busca recíproca de um conteúdo inovador, e próprio, para suas políticas de desenvolvimento seria, sem dúvida, um objetivo concreto e importante da Cooperação para o Desenvolvimento. Políticas de desenvolvimento inovadoras e profundamente adaptadas às realidades dos países pobres têm maior êxito de serem encontradas e replicadas quando delineadas no próprio Sul. (É claro que em um mundo globalizado não se pode pensar que essa é uma tarefa fácil ou até mesmo *autorizada* pelo Norte).

Se o combate à pobreza deveria figurar como móvel essencial das políticas públicas nacionais, as experiências nacionais são extremamente importantes e proporcionam um elenco de ações que podem e devem ser replicadas. Aí as chances de que a cooperação seja um instrumento efetivo de mudanças são enormes.

O êxito da cooperação, por sua vez, centra-se em algumas condições que deveriam pré-existir: objetivo concreto, definido e viável, seja em termos humanos, tecnológicos e financeiros; Interesse real das populações envolvidas; experiência no assunto ou no objeto da cooperação pretendida, confiabilidade entre parceiros, capacidade de replicabilidade das ações, com adaptações, e não como receitas prontas.

No caso amazônico, a realização da cooperação para o desenvolvimento com sustentabilidade implica na integração de atores os mais distintos. A tarefa

hercúlea de conservar a floresta para um uso não predatório não será alcançada se atores importantes forem deixados de lado.

Dentre esses atores, cito os pequenos produtores, os extrativistas, os indígenas, os ribeirinhos, os quilombolas, que precisam ter - ou manejar - tecnologias apropriadas ou adaptadas, habilidades gerenciais, organização social sólida, informação atualizada, permanente capacitação; e a intermediação do Estado no financiamento de projetos, no fornecimento de insumos básicos como créditos e infraestrutura, dentre outros, além de políticas compensatórias para os mais frágeis.

Se algumas das pré-condições acima são preenchidas, o caminho da cooperação pode ser menos árduo, os processos tenderão a ser mais ágeis e os resultados mais permanentes. Enfim, não se precisaria estar *inventando a roda*, a cada momento.

Porém, enquanto as áreas amazônicas continuam sendo periferias aos centros nacionais e vistas pelos governos dos países da Região como um problema, e não como uma solução, é difícil esperar que a cooperação saia da esfera do sonho e da luta de uns poucos para se tornar uma realidade visível e necessária, em proveito da sociedade regional, onde conhecimento, saberes e talento estejam disponíveis para serem compartilhados.

## A AMAZÔNIA NA LINGUAGEM FOTOGRÁFICA DE MANFRED LINKE

Manfred Linke trabalha como fotógrafo e curador freelancer e é fundador (1981) da agência de fotógrafos "laif, agência de fotos e reportagens" ([www.laif.de](http://www.laif.de)). Desde o início acompanhou e documentou os movimentos políticos e a cultura de protesto da República Federal da Alemanha na década de 1980. As obras criadas durante este período, que podem ser lidas como uma peça da história contemporânea, bem como abordam o desenvolvimento das possibilidades estéticas da fotografia documental.

As imagens e reportagens resultantes são emblemáticas do protesto e da rejeição das normas sociais vigentes nesse período.

Ele não apenas documentou os acontecimentos políticos e os protestos em Bonn, a capital da Alemanha na época, mas temas sociopolíticos ainda caracterizam seus projetos artísticos e exposições hoje.

Por exemplo, ao longo de um período de mais de 10 anos, ele documentou o desenvolvimento do projeto brasileiro "POEMA" (Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia). Isso resultou em reportagens de filmes e fotos várias exposições individuais e no livro ilustrado "POEMA, o retorno silencioso da floresta tropical".

Recebeu o World Press Award em 1996 por uma reportagem, é membro fundador da FREELENS e.V. Associação de Fotógrafos e membro nomeado da "Sociedade Alemã de Fotografia" ([dgph.de](http://dgph.de)), onde faz parte do conselho da Secção de Imagem desde 2016, nos últimos 3 anos como presidente do conselho e co-fundador (2022) e membro do conselho da "The laif cooperative of photographers" ([www.laif-genossenschaft.de](http://www.laif-genossenschaft.de)).

Publica o seu trabalho, entre outras coisas, sobre questões de desenvolvimento em grandes jornais e revistas, é autor de vários livros ilustrados e realizou muitas exposições no país e no estrangeiro (incluindo Belém, Brasil, Academia de Arte de Indianápolis, EUA, Frankfurt, Colônia, Alemanha).

Seu trabalho foi apoiado ou patrocinado por: Stiftung Kulturwerk Bild Kunst, Bundespresseamt, Berlim, Kulturamt der Stadt Köln, Museum Für Angewandte Kunst Köln, Wilhelm H. Pickartz-Stiftung, Universidade Federal do Pará (Belém), Brasil, Rhein Flanke gGmbH.



**Imagem - 01: Rio Guamá próximo de Belém, março de 2002.**



Fonte: Manfred-Linke/ Laif Photo Agency

**Imagem - 02: Rio Paramajó próximo de Urubueiua Fátima, janeiro de 1993.**



Fonte: Manfred-Linke/ Laif Photo Agency

**Imagem - 03: Feira de Abaetetuba, junho de 1995.**



Fonte: Manfred-Linke/ Laif Photo Agency

**Imagem - 04: Praia Grande, Ilha de Marajó, festa de inauguração do sistema de água potável janeiro de 1993.**



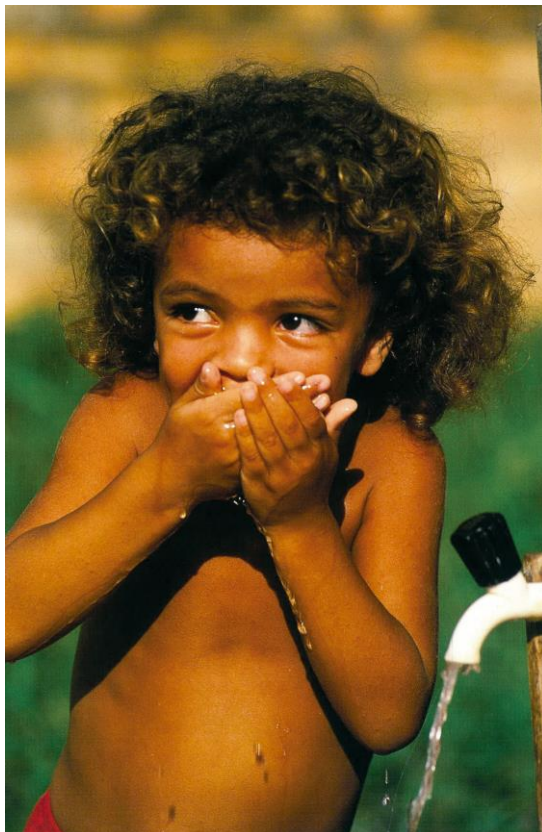
Fonte: Manfred-Linke/ Laif Photo Agency

**Imagem - 05: Bengui, bairro de Belém, maio de 1991.**



Fonte: Manfred-Linke/ Laif Photo Agency

**Imagem - 06: Bengui, bairro de Belém, maio de 1991.**



Fonte: Manfred-Linke/ Laif Photo Agency

**Imagem - 07: Dona Antônia, junho de 1993.**



Fonte: Manfred-Linke/ Laif Photo Agency

**Imagem - 08: Monte Alegre, julho de 1994.**



Fonte: Manfred-Linke/ Laif Photo Agency



**Imagem - 09: Ilha de Marajó, maior ilha fluvial do mundo, março de 2002.**



Fonte: Manfred-Linke/ Laif Photo Agency

Imagem - 10: Ponta de Pedras, Ilha de Marajó, março de 2002.



Fonte: Manfred-Linke/ Laif Photo Agency

**Imagem - 11: Plantação de coco em Praia Grande, Ilha de Marajó, junho de 1993.**



Fonte: Manfred-Linke/ Laif Photo Agency

**Imagem - 12: Praia Grande, Ilha de Marajó, fevereiro de 2001.**



Fonte: Manfred-Linke/ Laif Photo Agency

**Imagem - 13: Rio Paramajó próximo de Urubueiua - Fátima, janeiro de 1993.**



Fonte: Manfred-Linke/ Laif Photo Agency

**Imagem - 14: Pescadores nas proximidades de Santarém, julho de 1994.**



Fonte: Manfred-Linke/ Laif Photo Agency

**Imagem - 15: Rio Guamá próximo de Belém, março de 2002.**



Fonte: Manfred-Linke/ Laif Photo Agency

Imagem - 16: Novo Paraiso, junho de 1993.



Fonte: Manfred-Linke/ Laif Photo Agency



**Imagem - 17: Porto de balsas, Belém, junho de 1995.**



Fonte: Manfred-Linke/ Laif Photo Agency



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Apoio:

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e  
Inovação do Governo do Pará

Assembléia Legislativa do Estado do Pará

Instituto de Educação Matemática e Científicas - IEMCI

Sociedade Civil BOLSA AMAZÔNIA

ISBN: 978-65-00-61863-1

CDL



9 786500 618631